

• **Évora**

A equipa da ADFA lidera o VII Meeting de Orientação Pedestre, em Torre de Coelheiros

página 4

• **Novo livro**

O primeiro livro sobre Hipoterapia publicado em Portugal foi lançado pela APPACDM de Anadia

página 2

• **Comunicado**

ADFA tomou posição sobre o actual ambiente de pré-confronto militar no Iraque

página 16

• **Iniciativa no Porto**

ADFA participa no Projecto do Labirinto de Obstáculos à Acessibilidade até 10 de Março

página 5



PORTE PAGO

## Tomada de Posse Novos Órgãos da Associação Museu da Guerra Colonial



página 4

## Reunião Grupo Parlamentar do PS recebe ADFA



página 20

## CRPG colabora com Instituto Nacional de Medicina Legal



página 9

## Presidente da DN comenta o resultado prático das reivindicações legislativas

# “Um ano de promessas é demasiado tempo para que se mantenham no vazio”

página 9



## Stress de Guerra em Colóquio Técnico

# Famílias - Vítimas de uma guerra silenciosa

página 9

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA PROVISÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar pelas 14,00 horas, do dia 12 de Abril de 2003, na cidade de LEIRIA na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria - ESTG, sita em Morro do Lena - Alto Vieira (junto ao Continente), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto Um - Ratificação da nomeação do associado n.º 248, Armando Ramos Alves, para o cargo de 3.º Secretário da Direcção Nacional;
- Ponto Dois - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução do orçamento de 2002 da ADFA (alínea c) do artigo 34º);
- Ponto Três - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e analisar o Parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º);
- Ponto Quatro - Proposta de actualização de quotas para 2004 (alínea e) do artigo 34º);
- Ponto Cinco - Ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas;
- Ponto Seis - Informações da DN

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2003

A Mesa da Assembleia Geral Nacional  
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício  
(Presidente)

Nota: Esta Convocatória é Provisória unicamente em relação a outros pontos eventualmente a divulgar na próxima edição do ELO, dado que para efeitos de local de realização, dia e hora ela é perfeitamente definitiva

2003

The European Year of People with Disabilities

# Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

página 8

Winnipeg – Manitoba – Canadá

## Jantar de Homenagem aos Ex-combatentes do Ultramar

O ELO recebeu, do associado Pedro Correia, residente no Canadá, notícias sobre um jantar de confraternização que contou com a presença de cerca de 400 pessoas, incluindo ex-combatentes e seus familiares, no passado dia 18 de Janeiro, no Salão de Festas da Associação Portuguesa de Manitoba, em Winnipeg, Canadá.

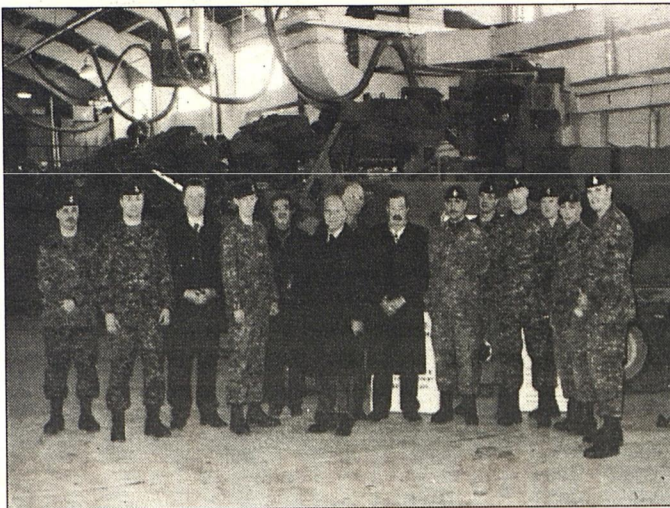
Segundo refere o associado presidiu ao jantar o major-general José Agostinho Melo Ferreira Pinto, que se deslocou de Portugal.

Destacou também a presença do brigadeiro-general Dennis Tabernour, responsável pela área Manitoba/Lakehead Region, que, na companhia de sua esposa, quis também prestar homenagem aos ex-combatentes portugueses ali residentes.

Após o jantar, procedeu-se à entrega de camisas com um emblema, e medalhas comemorativas com o nome gravado e datas das respectivas comissões de serviço, prestadas pelos ex-combatentes presentes.

A comissão liderada pelo associado e ex-combatente de Angola (1963-1966), Pedro Correia, não se poupou a esforços para que o evento brilhasse e "realmente sentiu-se um elevado espírito de solidariedade e patriotismo, envolvendo todos os participantes, no decorrer do programa".

Foi o terceiro Encontro realizado no Canadá. O primeiro tinha sido realizado em Montreal, no ano 2000, e o segundo, em Toronto, no ano de 2001. Os coordenadores foram, respectivamente, Manuel António Pereira e ex-combatentes na Guiné, e Eduardo Resendes e ex-combatentes em Angola e Guiné, que também fizeram



questão de estar presentes no terceiro encontro e jantar de confraternização em Winnipeg. •

RV

## Breves

### Pégaso e os Anjos Terapia pelo Cavalo



"Pégaso e os Anjos - Terapia pelo Cavalo", da autoria de Francisco Paulo Santos e José Machado Lopes foi recentemente editado pela Editora Minerva de Coimbra e pela APPACDM da Anadia.

Esta associação procedeu ao seu lançamento no Grande Hotel da Curia, no passado dia 22 de Fevereiro, no âmbito de um jantar comemorativo do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, com apresentação feita pelo Dr. Paulino Mota Tavares.

Este é o primeiro livro do género editado em Portugal e foi escrito sobre a experiência do Projecto de Hidroterapia em curso na APPACDM da Anadia, há cerca de um ano. Este projecto tem sido levado a efeito através de um protocolo entre esta associação e a Guarda Nacional Republicana.

A APPACDM da Anadia organizou o ano passado o primeiro campeonato europeu de hipoterapia, em Portugal, que teve a participação de dezassete países e está já a evidenciar esforços para que, em 2007, possa realizar o Campeonato Mundial.

A hipoterapia é já largamente usada na

Europa, mas ainda incipiente em Portugal, não obstante os méritos que se lhe conhecem desde a antiguidade.

Os autores, de forma muito simples e atractiva, trazem-nos uma mensagem de amor e de vida.

"Da hipoterapia podem beneficiar os pacientes com: paralisia cerebral, esclerose múltipla, autismo, síndrome de Down, síndrome de Rett, espinha bífida, traumatismos cerebrais, distrofia muscular, doenças neuro-degenerativas, doenças traumatológicas, anorexia, bulimia, problemas de comportamento, deficiência mental, incapacidades sensoriais, inaptações sociais."

"O poder curativo do cavalo consiste em aproveitar os movimentos tridimensionais para estímulo dos músculos e das articulações do paciente. Além disso, o contacto com o cavalo proporciona benefícios terapêuticos a nível cognitivo, comunicativo e de personalidade. Graças a um delicado tratamento de investigação, conhece-se a excelente ferramenta de trabalho que pode chegar a ser o cavalo para a reabilitação de incapacidades físicas e psíquicas.

Esta terapia emprega-se de forma sistemática desde os anos 50-60 mas, as suas vantagens, conhecem-se desde os tempos muito recuados. Os antigos gregos, entre eles Hipócrates, aconselhavam a equitação para melhorar o estado anímico das pessoas com enfermidades incuráveis e mais tarde, no Séc. XVII, alguns médicos recomendaram montar diariamente o cavalo para combater a gota." •

### Estudo sobre paraplégicos

"A Funcionalidade dos Paraplégicos Completos com Deficiência Adquirida há menos de vinte anos e há mais de vinte anos" é o tema da monografia que a aluna Ana Valente, do terceiro ano do Curso de Fisioterapia da Escola Jean-Piaget de Macedo de Cavaleiros, está a realizar.

Com o objectivo de traçar o perfil funcional dos paraplégicos, pretende fazer um levantamento das actividades funcionais dessa população e dos factores que ajudam e limitam a sua independência funcional.

A ADFA concedeu autorização para a recolha de dados por meio de questionário e apela à colaboração dos associados paraplégicos com deficiência adquirida. •

### UNIVA da FPDD

Foi recentemente criada uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) na Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) para "vir a preencher a lacuna existente na colocação e orientação das pessoas deficientes ou não numa vida profissional activa", informou Manuel Costa, do gabinete que está a funcionar na FPDD.

Entre as actividades desenvolvidas pela UNIVA da FPDD destacam-se o apoio a estágios e cursos de formação profissional, a colocação de jovens e acompanhamento na inserção na vida activa, a recolha e divulgação de ofertas de emprego, contactos com entidades empregadoras, a informação sobre o mercado de trabalho e formação e a realização de sessões de informação.

No serviço criado para recrutamento flexível estão disponíveis: análise de função; consulta à base de dados; publicação de anúncio; avaliação curricular; e relatório final.

A UNIVA funciona na rua Presidente Samora Machel, lote 7, loja dta., 2675-064 Olival Basto. Pode ser contactada pelo telefone 21 937 9950, pelo fax 21 937 9959 e pelo e-mail univafpddpor@mail.telepac.pt. •

### Dia Nacional do Sargento

Depois de diversas actividades por todo o país para as comemorações do 212º aniversário do 31 de Janeiro de 1891, a chamada "Revolta dos Sargentos", hoje instituído dia da classe, culminou a comemoração de 2003 a 1 de Fevereiro, na Voz do Operário, em Lisboa, com uma sessão solene seguida de almoço.

Para além de deputados de diversas bancadas, chefes de gabinete do MDN e do SEDAC, representantes dos generais CEMGFA, CEMA, CEMA, CEMFA, estiveram presentes dirigentes de associações, entre as quais se encontrava a ADFA, representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes.

A sessão, largamente participada e debatida, contou com a intervenção dos principais dirigentes da Associação Nacional de Sargentos (ANS), que colocaram em evidência os problemas que hoje se apresentam às Forças Armadas "e muito em especial ao "Sargentos de Portugal", pugnado pelo reconhecimento do lugar que aos militares cabe na sociedade portuguesa e a dignidade que a nação lhes deve dedicar, pela sua absoluta dedicação e prontidão", concluiu o presidente da DN. •

## Agenda

### Núcleo de Braga

No mês de Março, a deslocação das funcionárias ao Núcleo de Braga só se efectuará no terceiro sábado do mês, dia 15.

### Delegação encerrada

No dia 3 de Março, a Delegação encontrar-se-á encerrada para gozo de um dia do plano de férias previsto para 2003.

### Assembleias gerais das delegações

No dia 15 de Março, Sábado, pelas 14h00, no Salão da Sede da ADFA, a Delegação de Lisboa realiza a sua Assembleia Geral Ordinária.

No dia 15 de Março, Sábado, pelas 14h00, na Sede a Delegação, a Delegação de Setúbal realiza a sua Assembleia Geral Ordinária.

No dia 20 de Março, Quinta-feira, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ribeira Brava, a Delegação da Madeira realiza a sua Assembleia Geral Ordinária.

### Conselho Nacional Ordinário

No dia 22 de Março, Sábado, vai realizar-se o Conselho Nacional Ordinário na Sede Nacional da ADFA.

### Congresso Euromediterrânico

Nos dias 27, 28 e 29 de Março, vai realizar-se o Congresso Euromediterrânico sobre a Pessoa com Deficiência, em Lisboa.

### Aniversário da Delegação de Faro

No dia 5 de Abril, Sábado, tem lugar, no Restaurante Caçarola, em Vila Real de St. António, a festa de aniversário da Delegação de Faro. O preço é de 18 euros por pessoa.

### Assembleia Geral Nacional

No dia 12 de Abril, Sábado, vai realizar-se a Assembleia Geral Nacional Ordinária, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, em Morro do Lena, Alto Vieira (junto ao Continente).

### Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Abel dos Santos Simões
- Agostinho da Silva Santos
- Alberto Azevedo da Cunha
- António Duarte Fonseca
- Berta Neto Santos Cabrita
- Caetano Ambrósio da Silva
- Carlos Manuel Ramos Fernandes
- Duarte Santos Correia
- Ernesto da Anunciação Cabral
- Fernando da Silva Fidalgo
- Francisco Afonso de Almeida Dias
- Gracinda Maria Pinto Salgueiro
- Herminio Henriques Pereira de Lima
- Isabel Maria de Jesus Ribeiro da Silva
- João Nogueira Pimentel
- José da Cruz Rodrigues
- Lucas Uemele
- Lúcia Natália Pimentel M. da Costa Pessoa
- Manuel Barreto de Almeida Leite
- Manuel José Antão Carvalho
- Manuel Maria Pepino Madeira
- Maria da Encarnação Baptista Nobre da Paz
- Maria do Céu Lobo de Almeida Madeira

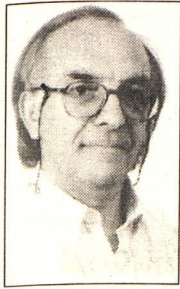


**PROPRIEDADE E EDIÇÃO:** Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • **Email:** adfa@mail.telepac.pt • **Internet:** http://www.adfa-portugal.com **DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:** Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • **Telefone:** 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • **Fax:** 21 751 2610 **DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO:** Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Pávoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia **DIRECTOR:** José Diniz **REDACÇÃO:** Rafael Vicente [editor] - C. Profissional 5583, Farinho Lopes [fotografia] - C. Profissional 6234, Maria José Almeida [secretariado] **COLABORARAM NESTE NÚMERO:** Abel Fortuna, Aníques Carvalho, António Carreira, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inês Soares Castro, Jaime Ferrer, João Gonçalves, José Maia, Nuno Santa Clara. **CORRESPONDENTES:** Abel Fortuna (Porta), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). **ILUSTRAÇÕES:** Nuno Santa Clara e Maria José Carriça. **ASSINATURAS E PUBLICIDADE:** Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. **CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem:** João Conceição **PRÉ-IMPRESSÃO:** Gralibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Alfonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 **MONTAGEM:** Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 **IMPRESSÃO:** Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 **GRAVAÇÃO DO ELO SONORO:** Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa **Registo da Publicação no ICS:** 105068/77 **Depósito Legal:** 99595/96 **ASSINATURA ANUAL:** 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 9 000 ex.

Grande Plano

# O Menino Terrível?

Num instante conturbado da vida da humanidade, onde uma ameaça de guerra se mede também em terrorismo verbal, resta-me do meu canto este desabafo como resposta não contida aos disparates que alguns homens públicos se acham no direito de fazer.



Jaime Ferrer

Chegou a ministro! Prometeu estruturar (acabar com?) a RTP que era um sorvedouro de dinheiro, onde se ganhavam chorudos ordenados e quase se "roubava" à descarada...

Quando descobriu que afinal a verdade era outra, que a RTP era de importância vital para o País, que só com ela se pode fazer serviço público, inverte o ataque e toca de se atirar à RTP2. A RTP2 era (é) uma televisão para intelectual, para português que lê, para português que contesta o voto fácil, para português que se não deixa enganar por político sabidão... Promete ser mais fácil pôr a viajar pelo mundo os sessenta mil portugueses que vêem o ACONTECE pois afirma sair muito mais barato ao estado o conjunto das viagens do que manter no ar este programa. Provavelmente o que o senhor ministro Morais Sarmiento queria dizer é que é fácil despachar para as Antilhas ou para os mares da China essa "corja" de portugueses que para além de lerem, de gostarem de ouvir falar de livros, de música, de cultura são sempre um perigo para as "rasteirices" que qualquer governo usa para sobreviver. E o ideal é que adorassem lá ficar e deixassem governar quem herdou de família esse dom, esse saber de orientar os demais, fundamentalmente quando se pensa que esses demais são diminuídos ou menos esclarecidos.

Não acredito que apenas sessenta mil portugueses sejam fiéis da RTP2. Não acredito que os restantes portugueses se fossem ensinados a gostar da leitura, da música, dos valores do espírito não

sentissem também uma atracção pelo diferente, pelo exótico. O problema não existe por o ACONTECE na opinião do Ministro Morais Sarmiento só ter sessenta mil espectadores... O problema existe em termos um governante capaz de dizer tal coisa sem que a face se lhe ruborize pela vergonha de aceitar ser ministro de um povo que culturalmente tem em tão pouca conta. Que contributo podemos esperar dele nos conselhos de ministros para que outros valores cheguem aos portugueses, para além dos Big Brothers, das cenas da vida real, do menosprezo da justiça, da vida ou do orgulho de ser português?

**Mas se eliminássemos tudo o que não é rentável onde pararia a TAP, o Serviço Nacional de Saúde, a CP, a Carris, todas as escolas deste país, as universidades...? Pela mesma lógica tinham de acabar também os tribunais, as câmaras municipais, os governos civis... a assembleia da república. Será que precisávamos de ministros?**

Sabemos que a RTP2, não só com o ACONTECE mas com toda a sua programação, não é uma estação rentável. Mas se eliminássemos tudo o que não é rentável onde pararia a TAP, o Serviço Nacional de Saúde, a CP, a Carris, todas as escolas deste país, as universidades...?

Pela mesma lógica tinham de acabar também os tribunais, as câmaras municipais, os governos civis... a assembleia da república. Será que precisávamos de ministros?

Mal dum povo onde a cultura e a educação se maltrata... mal dum povo em que um ministro se dá ao luxo de dizer tais coisas e recebe como troca apenas uma ou outra alfinetada nem que humilde e

pequena como a minha.

Num instante conturbado da vida da humanidade, onde uma ameaça de guerra se mede também em terrorismo verbal, resta-me do meu canto este desabafo como resposta não contida aos disparates que alguns homens públicos se acham no direito de fazer. Da minha parte continuarei a lutar para que, a par do pão, a cultura também alimente os meus concidadãos e os seus filhos um dia alimentem apenas os políticos que deles forem dignos. •

Episódios



## Pantanososo

António Carreiro

Há ideias e imagens que viscosamente se instalam, como em sonho pegajosamente que persiste até tornar-se em pesadelo. Era esse o meu estado de espírito, naquele quinto dia da operação "Machamba", nome de código para a saída operacional, prevista para dez dias, cujo objectivo era a destruição da mandioca que, em plantações no meio da floresta, servia de alimento aos guerrilheiros.

Era o dia do reabastecimento, o que me trazia uma preocupação adicional: a de encontrar um local adequado à descida dos helicópteros.

Mal saímos da noite, dormindo no agasalho da relva, protegida pela ramagem de árvores frondosas, iniciámos a marcha em "bicha de pirilau" com os setenta e cinco militares e cerca de cem "machambeiros" armados de catana para o despedaçar da preciosa mandioca.

O sol da manhã ofereceu-nos uma clareira imensa, de vegetação baixa que à primeira vista parecia um alívio face ao esforço do percurso pela floresta densa. Alívio tormentoso logo às primeiras pegadas, porque as botas imediatamente avisaram que, além de molhadas, ficavam presas na lama. Era um pântano, seria que toda aquela imensidão de clareira, estava naquelas condições lamacentas e com juncos até quase à cintura, impondo aquele andar de ganso puxando a pata da lama, levantando-a bem alto a cada passo, para se poder avançar? Como é que íamos sair dali? Onde pousariam os

helicópteros? Chegaremos a terreno seco para passar a noite? O inimigo não está por aqui à espreita de alvo tão fácil?

Não é sonho; é mesmo a lamacenta realidade, encharcada de botas pesadíssimas, que paradoxalmente nos fazem suar a potes, que se apodera do meu estado de espírito, criando a cada passo a ansiedade do tamanho da distância do horizonte.

Chega a notícia boa e má. Em Mueda está mau tempo: os helicópteros não podem levantar. Menos uma preocupação, mas por outro lado, a razão de combate acaba hoje. Continuamos a marcha, no meio da solidão do meu desespero, pegajoso e lamacento, ao som do tché, tché, tché, de cada passo. Fomos pelo dia dentro e a clareira continuava cada vez mais imensa. Há ali um montículo, será que dará para passar a noite? O sol põe-se num quarto de hora... Não dá, é preciso continuar. Passo confiança segura a todo o grupo. É forçoso. E chegámos à orla, no limite do escuro. Pois ficámos mesmo aí. Onde? Seguro? Sabe-se lá!

De manhã, vieram os helicópteros, as "morteiradas" e pouco depois a emboscada. Também passámos isso.

Encurtou-se a operação para oito dias. Ao sétimo à tarde, deparei-me com uma solicitação de todo o grupo, absolutamente desconcertante: - Meu alferes, poderíamos ir dormir a Antadora, sempre ficávamos dentro do arame farpado e bebíamos umas "laurentinas"!

- Estão bons da cabeça? Antadora é a dez quilómetros e não podemos ir pela picada por causa das minas!!! Amanhã, as viaturas vêm-nos buscar aqui perto!

Insistiram. Antadora era um aquartelamento com uma companhia. Sem mais nada. A única coisa que havia eram soldados e "laurentinas".

Pedi autorização e fomos. Vinte quilómetros de mata por uma noite um pouco mais tranquila e por umas cervejas.

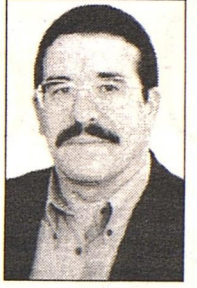
À chegada, ouvimos um estrondo. Tomámos precauções. Um destacamento foi ver. Um alferes de Antadora, o Vítor Oliveira, tinha ficado sem uma perna numa antipessoal.

No dia seguinte, frescos à hora marcada, estávamos ao pé das "berliets" para fazer os cinquenta quilómetros até Mocimboa da Praia.

Prova superada. •

Editorial

## "Água mole em pedra dura..."



José Diniz

Quando vemos na comunicação social a promoção de iniciativas de envolvimento colectiva, seja a nível local ou nacional, temos a tendência para comentários pessimistas do género: "lá se vão gastar uns milhares em almoços e jantares, encontros e palestras e o Zé a pagar e a ficar sempre na mesma!..."

Pode ser essa a sensação em relação ao "2003-Ano Europeu da Pessoa com Deficiência", se estivermos à espera de benefícios directos e imediatos para os cidadãos deficientes. Esta é uma ideia errada que pode vir a comprometer a eficácia da iniciativa da União Europeia, que Portugal adoptou, cuja finalidade é "promover a aplicação dos princípios da não discriminação e integração das pessoas com deficiência".

De facto, as iniciativas a levar a cabo visarão a atitude da sociedade em geral face às pessoas com deficiência que, não sendo os primeiros destinatários, acabarão por ser os principais beneficiários se este "Ano Europeu" conseguir atingir os objectivos propostos: sensibilizar para os direitos dos deficientes e para a mudança de atitude face aos mesmos; incentivar a reflexão e o debate sobre as medidas necessárias à promoção da igualdade de oportunidades; promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres com deficiência; reforçar a cooperação com a comunicação social; melhorar a divulgação dos meios e recursos disponíveis.

Se, por exemplo, a partir do final do ano, os automobilistas passarem a ter mais cuidado no estacionamento e a respeitar as passadeiras de peões, os patrões aderirem mais aos programas de emprego protegido, as autarquias promoverem e obrigarem ao cumprimento das normas de acessibilidade, a comunicação social se interessar por dar maior relevo à problemática da deficiência e por divulgar os direitos da pessoa com deficiência, as escolas conseguirem uma melhor sensibilização das crianças e dos jovens para a vivência dos valores e das atitudes, a Igreja conseguir usar de forma mais eficaz, por obras e palavras, a sua enorme capacidade de realização em prol dos mais desfavorecidos, o Estado produzir mais e melhor legislação e disponibilizar os meios adequados e necessários com vista a acautelar e a promover eficazmente os direitos e a proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, então a sociedade em geral mudou de atitude para melhor, os deficientes sentir-se-ão mais integrados e reabilitados e os recursos que se gastaram no "2003-Ano Europeu da Pessoa com Deficiência" não podem ser dados por mal empregues. Ainda que os resultados não sejam imediatos e visíveis, ainda que as actuais gerações de deficientes não colham grandes benefícios desta campanha. É que, neste e noutros aspectos da vida colectiva, a mudança de atitudes demora, por vezes, gerações. •

# Órgãos Sociais tomam posse



Os novos Órgãos Sociais da Associação Museu da Guerra Colonial tomaram posse no dia 14 de Fevereiro, em Sessão Solene no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Presidiu à tomada de posse o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, estando também presente o presidente da Assembleia Municipal, Nuno Melo.

Na mesa de honra estiveram também o presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Museu da Guerra Colonial, José da Silva Ferreira, o vice-presidente da Mesa de Assembleia Geral da Associação Museu da Guerra Colonial, António Soares Rodrigues (também vogal da DD de Famalicão), e o presidente da Direcção da Associação Museu da Guerra Colonial, Anquises Carvalho (também presidente da DD de Famalicão).

Foi recebido, após a Sessão Solene, um fax do ministro de Estado e da Defesa Nacional, Paulo Portas, que apresentou cumprimentos aos novos titulares dos corpos sociais do Museu, desejando "um bom trabalho na preservação e no engrandecimento do espólio do Museu que, estando sediado em Vila Nova de Famalicão, é tão importante para o País e honra a memória de todos os que combateram e morreram na guerra".

Os Órgãos Sociais ficaram assim constituídos:

## Mesa da Assembleia Geral

Presidente - José da Silva Ferreira Alfacoop;  
Vice-presidente - António Soares Rodrigues - ADFA;  
Secretária - Maria Edna Marques Sousa Cardoso - Câmara Municipal.

## Direcção

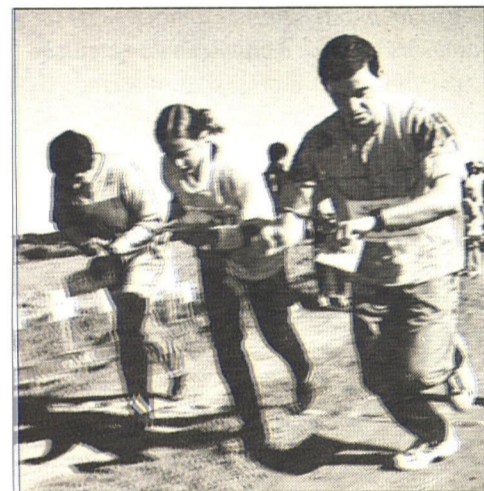
Presidente - Anquises Fernando Cróccia Barbosa de Carvalho - ADFA;  
Vice-presidente - José Manuel Gonçalves da Silva Lages - Alfacoop;  
Secretário - Augusto Correia da Silva - ADFA;  
Tesoureiro - Manuel da Rocha Ferreira - ADFA;  
Vogal - Armando Jorge Pinheiro Rodrigues Carvalho - Câmara Municipal.

## Conselho Fiscal

Presidente - Israel Filipe Campos Pereira - Alfacoop;  
1º Vogal - Leonel Agostinho Azevedo Rocha - Câmara Municipal;  
2º Vogal - Artur Augusto Sá da Costa - Câmara Municipal. •

## Crónica Desportiva

# Orientação Pedestre em Torre de Coelheiros



jornais e revistas da especialidade e sites na internet, pode dar o real valor a esta equipa, que tanto tem divulgado o nome da ADFA. Não sei se os Órgãos Nacionais têm sido devidamente informados destes feitos para que lhe possam dar o merecido valor.

Para que os leitores se possam aperceber da capacidade desta equipa, vou divulgar as respectivas classificações, dos escalões principais:

Escalão Elite, Homens, 21 anos: 1º Marco Póvoa, da ADFA; 2º Pedro Rodriguez, ADOL (Sevilha); 3º Joaquim Sousa, COC; 4º João Valente, CPOC; 5º Paulo Alípio, AC; 6º Paulo Mosca, ADFA.

Escalão B, Homens, 21 anos: 1º Paulo Gonçalves, ADFA; 2º Miguel Barradas CPOC; 3º Carlos Páscoa TAP.

Escalão Elite, Damas, 21 anos: 1ª Emília Silveira, ADFA; 2ª Katia Almeida, CIMO; 3ª Milena Dneboska, ADFA.

Escalão A, Damas, 21 anos: 1ª Lúcia Magalhães, ADFA; 2ª Gabi Dominguez, MAFRA; 3ª Sandra Almeida, COM

Também com participação e organização da Equipa da Delegação da ADFA, em Évora, realizou-se, nos passados dias 15 e 16 de Fevereiro, mais uma prova de orientação, desta vez em BTT (bicicleta de todo o terreno). Esta prova contou para a pontuação do "ranking" da Taça de Portugal 2002/03. O ELO não esteve presente nesta prova, pelo que não é possível apresentar a correspondente reportagem. •

Farinho Lopes

## Viseu

### Actividades da Delegação

A Delegação faz parte de um conjunto de associações que têm vindo a reunir para, em acções conjuntas, numa feira mostra e seminário sobre barreiras arquitectónicas e acessibilidades, estar junto da população e alertar da sociedade da problemática da pessoa deficiente.

É preciso fomentar acções de alerta e sensibilização para que as entidades locais e do governo central vejam do que o cidadão deficiente é capaz e crie leis que dignifiquem os cidadãos deficientes e faça com que sejam cidadãos activos.

Nas acções a desenvolver, a Delegação vai participar com algumas acções de que oportunamente se dará o devido conhecimento. •

### Acções associativas

Lembrar Abril é lembrar a liberdade, a democracia e aqueles que para ela contribuíram com a sua dádiva à Pátria.

Para o ano de 2003, consta uma exposição sobre a Guerra Colonial, o 25 de Abril e a ADFA, a realizar no Instituto Português da Juventude, em Viseu, de 1 de Abril a 4 de Maio de 2003.

Para que Portugal não esqueça que a Guerra Colonial existiu, para que os erros do passado não se voltem a repetir no futuro, para que as gerações vindouras tenham conhecimento dos valores, do sacrifício de uma geração, do valor da liberdade e da democracia, a ADFA mostra esta exposição. A exposição tem um valor, não apenas histórico, mas sobretudo pedagógico para as novas gerações que desconhecem em absoluto o que foi viver sobre um regime autoritário,

repressivo e sem futuro! Com o objectivo da sua divulgação junto das escolas, era bom que coordenadamente fossem efectuadas visitas, desde 1 de Abril a 4 de Maio, cujos contactos podem ser efectuados com a ADFA ou Instituto Português da Juventude de Viseu. Assim o esperamos.

Às escolas, aos professores, aos alunos, à população e aos associados, se aconselha a visitar e a divulgar a exposição! •

## Assembleia Geral

Cumriu-se, no dia 15 de Fevereiro de 2002, o estatutariamente estabelecido. Na Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Viseu foi aprovado o Relatório de Actividades e Contas da Direcção e o parecer da Conselho Fiscal pelos associados presentes.

Mereceram especial atenção as contas com a DN, o que se espera uma normalização rápida, o DL 134/97, de 31 de Maio, que, depois de analisado, a Assembleia reconheceu haver uma certa passividade na forma como está a ser tratado, a fraca participação dos associados deficientes em serviço, a vida associativa e o problema da viúva, D. Laurentina, foram temas que mereceram da Assembleia uma atenção "muito especial".

Com alguma preocupação em relação ao futuro, o presidente da Mesa, antes de dar por terminados os trabalhos, propôs um voto de louvor à Direcção da Delegação, o que foi aprovado por unanimidade. Acabados os trabalhos, foi hora de participar no lançamento do livro "Deus, Pátria e... Vida", do senhor coronel Gertrudes da Silva, "a quem se cumprimenta e se incentiva a continuar a escrever". •

## CONVOCATÓRIA

# Assembleia Geral da Delegação da Madeira

Nos termos do n.º 1, do Art.º 49º dos Estatutos da ADFA, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação da Madeira convoca todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 20 de Março de 2003, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ribeira Brava, com a seguinte ordem de trabalho: 1) Apreciar e votar o relatório e contas da Direcção, referente ao ano de 2002 e respectivo parecer do Conselho Fiscal; 2) Outros assuntos de interesse associativo.

O Presidente da MAGD  
Rui Manuel Catanho da Silva

GRUPO CEO'S (SPCEM) Ollmploallment... Ollmplovida Ollmplocólicas, Ollmploente, Ollmplocutismo DIR.../CEO'S

Clinicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.

0 Sede  1 Filiais  2  3  4  5

UD/SMP (Urgências Dentárias e Serviço Médico Permanente)

Todos os dias Incluindo Sábados, Domingos e Feriados

APOIO DOMICILIÁRIO

1.º - ADME 12.º - EUROPA ASSISTANCE  
2.º - ADSE 13.º - MEDIS  
3.º - ANJOS DA NOITE 14.º - MAFRE ASSISTANCE SA  
4.º - CABLES/DELPHI 15.º - M. JUSTICA / SS  
5.º - CARES 16.º - MULTICARE/C. SECURIS  
6.º - CGD/CIT 17.º - PSP/SAD  
7.º - CIMPOR 18.º - REFER / FERVAIVE  
8.º - CRUZ VERMELHA 19.º - SAMS  
9.º - EDI / SAVIDA 20.º - SAMS GUARDIOSER  
10.º - EMPRESAS CREDENCIADAS 21.º - SINTAP  
11.º - EURO SAUDE 22.º - WDA ALLIANCE

Av. Carolina Michaëllies, 30 R/C B & C 2795-049 LINDA-A-VELHA Tel.: 21-414 69 90-Fax: 21-419 40 59-Tel-m: 96-464 97 47 CEIRAS

# Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

A Delegação do Porto está a participar nas comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência que vão decorrer nos vários Distritos da sua área geográfica, intervindo nas "Comissões Locais" e levando a cabo programas específicos.

As "Comissões Locais" são constituídas pelas Organizações e Entidades envolvidas na problemática da deficiência, sendo coordenadas pelos Governadores Cívicos de cada Distrito.

É desejo da Delegação do Porto que estas comemorações sejam assinaladas "com mais acção e menos foguetes", para que no final do "trabalho feito" resulte numa melhoria da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência.

A Delegação escolheu como tema forte das iniciativas específicas que vai levar a efeito a questão das acessibilidades e da mobilidade pois que, decorrendo o prazo fixado no Dec. Lei 123/97 para que a adaptação do património edificado e a edificar se faça até 2004, a verdade é que se continua a assistir a uma total falta de sensibilização e, o mais grave, ao desrespeito pela legislação que,

embora escassa e insuficiente, deveria ser cumprida.

## Distrito do Porto

A Comissão que no Distrito do Porto vai organizar as comemorações do Ano Europeu, sob a coordenação do Governador Civil do Porto e realizou várias reuniões com as Instituições e Associações ligadas à deficiência, tendo escolhido como lema: "Porto, um Distrito acessível para todos".

Entretanto, foi constituído um secretariado que, além de outros, integra representantes das Câmaras Municipais, e das Associações de e para Deficientes. A ADFA, conjuntamente com a Associação Portuguesa de Deficientes e a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, faz parte desse secretariado executivo.

O respectivo programa está a ser preparado e será dado a conhecer nos próximos números do "ELO".

## Distrito de Vila Real

As comissões instaladoras dos núcleos da ADFA do Alto Tâmega e de Vila Real vão

participar nas comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, levando a cabo iniciativas que em breve igualmente serão dadas a conhecer aos Associados.

Em Chaves a ADFA tem sido chamada a participar no programa que a autarquia daquela cidade está a organizar para o efeito. Também no âmbito das mesmas vai ser cedido um espaço para a instalação e funcionamento do Núcleo, de forma que os associados e famílias dos concelhos do "Alto Tâmega" possam dispôr de uma estrutura local que melhor os apoie na resolução dos seus problemas e contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência na região.

## Distrito de Viana do Castelo

A ADFA participará também no programa que o Governo Civil de Viana do Castelo está a preparar para o efeito.

Pretende-se que os Associados deste distrito não fiquem alheios e que tomem parte nas iniciativas que vão ter lugar e de que o "ELO" fará eco proximamente. •

AF

# Iniciativa no Porto

De 28 de Fevereiro a 10 de Março decorre no antigo edifício da Alfândega do Porto a primeira iniciativa no âmbito no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência promovida pela Câmara Municipal do Porto.

A construção e animação de um "Labirinto" de simulação de obstáculos ligado à questão da acessibilidade/mobilidade é um projecto que tem a colaboração de 2 técnicos Galeses, directores artísticos e criativos do

Cynefin, organização que através da arte tem promovido em diversos países europeus iniciativas do género com grande sucesso. O "Labirinto" é fruto de um trabalho colectivo que envolveu as Associações da cidade ligadas à deficiência e pessoas que operaram nos mais variados campos artísticos.

A ADFA participou activamente neste projecto através do Centro de Actividades Ocupacionais da Delegação do Porto, tendo o

monitor das Artes Plásticas Rodolfo Ferreira dado um contributo importante para a sua concepção e execução, contando sempre com a colaboração e envolvimento dos utentes.

Fica o convite aos Associados para que, de 28 de Fevereiro a 10 de Março passem pelo antigo edifício da Alfândega do Porto, junto ao Rio Douro. •

AF

## Viagens 2003

A Delegação do Porto organiza em 2003 um conjunto de viagens, destinadas aos associados, familiares e amigos.

### Cruzeiro no Douro - Dia 10 de Junho

Programa: 08H30-Comparência na Estação de S. Bento; 08H55-Embarque no comboio e partida para a Régua; 11H12-Chegada à Régua; 12H00-Embarque no cais da Régua. Partida para o Porto; 12H30-Almoço; 14H00-Chegada à barragem do Carrapatelo; 16H30-Chegada à barragem de Crestuma/Lever; 18H00-Chegada ao Porto.

Data limite da inscrição: 31 Maio.

### Passeio aos Açores

Para a visita às ilhas de S. Miguel, Faial,

Pico e Terceira, os interessados devem consultar o programa na Delegação e as inscrições devem ser efectuadas no serviço de atendimento, pessoalmente ou através do telef. 228347201. •

## Conselho de Delegação

O Conselho de Delegação do Porto reuniu no dia 26 de Fevereiro para apreciar a proposta de "Lei de Bases da Deficiência" e debater as iniciativas em curso para assinalar o ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

As questões que estiveram em cima da mesa são de grande relevância para as orientações relativas à melhoria da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência, tendo

merecido uma análise atenta e cuidada por parte dos Conselheiros de Delegação. •

## Relatório de Actividades e Contas

A Assembleia Geral da Delegação do Porto reuniu ordinariamente no dia 15 de Fevereiro, tendo aprovado o Relatório de Actividades e as Contas da Direcção da Delegação e o respectivo parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano findo.

Os Associados presentes manifestaram o seu apoio inequívoco à Direcção de Delegação, tendo sido sublinhada a forma como a Delegação tem sido gerida no plano financeiro. •

AF

## Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

### Adão Pacheco Moreira

Associado n.º10259  
56 anos  
Faleceu no dia  
07/12/02



Residia no Porto. Deixa viúva Maria Elisabete Mateus Mesquita Moreira. Serviu na Guiné, na Companhia de Caçadores 1588.

### Amadeu Albuquerque

Associado n.º14622  
74 anos  
Faleceu no dia  
26/11/02



Residia em Alcaface, Mangualde. Deixa viúva Maria Aurora Cunha Albuquerque. Serviu no Batalhão de Caçadores das Beiras.

### Constantino Oliveira Cabrita

Associado n.º2151  
58 anos  
Faleceu no dia  
30/01/03



Residia em Alcantarilha, Silves. Deixa viúva Berta Neto Santos Cabrita. Serviu na Guiné, na Companhia de Artilharia 1526, Batalhão de Cavalaria 790.

### Manuel Joaquim Araújo

Associado n.º14939  
58 anos  
Faleceu no dia  
16/10/02



Residia em Almacave, Lamego. Deixa viúva Alexandrina Silva Ribeiro Araújo. Serviu em Moçambique.

### Mário Pedro Conceição

Associado n.º12259  
56 anos  
Faleceu no dia  
14/02/03

Residia em Giões, Alcoutim. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 2451.

## CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA



Acordos: M. JUSTIÇA - ADME - SAMS (QUADROS) - SAMS SIB - JORNALISTAS DE LISBOA - TÁXIS SINTRA - OUTROS

### CONSULTAS DE MEDICINA DENTÁRIA

Especialidades de Medicina Dentária:

Reabilitação Oral / Branqueamento / Odontopediatria  
Desvitalização / Extracções Dentárias / Próteses Fixas e Removíveis  
Acrílica Aparelhos de Correção (fixos e móveis)  
Meios de Diagnóstico / Rx Panorâmico / Teleradiografias

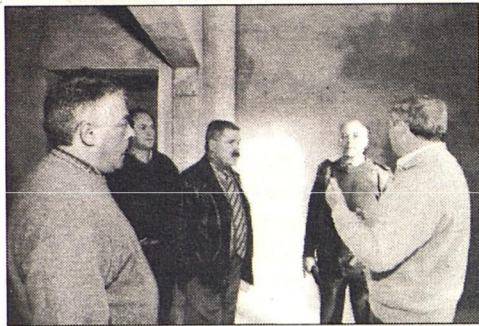
Email: [dentibianco@clix.pt](mailto:dentibianco@clix.pt)

Cç do Sacramento, 18 - 1º Esq. - 1200 LISBOA - Tel.: 213 433 535

## Açores

### Obras de remodelação na Delegação

DELEGAÇÃO AÇORES



A Direcção da Delegação da ADFA nos Açores, em Ponta Delgada, solicitou uma audiência ao comandante da Zona Militar dos Açores, major-general José Manuel Pinto de Castro, para o convidar a visitar as obras de remodelação da Delegação, no dia 27 de Janeiro.

Aquando da visita, que teve lugar na mesma data, a Direcção da Delegação deu a conhecer todas as valências do projecto e sua aplicabilidade no âmbito da satisfação das necessidades dos deficientes das Forças Armadas nesta Região Autónoma.

Por sua vez, o general, apercebendo-se da necessidade desta Delegação em prestar o apoio devido aos seus associados e tendo observado algum atraso na conclusão da obra, cedeu de imediato e até finais do mês de Abril, as instalações provisórias em que a Delegação se encontra a funcionar actualmente.

## Castelo Branco

### "Falar da Guerra para construir a paz"

A Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco apresentou um calendário do Ciclo de Conferências nas Escolas, subordinado ao tema "Falar da Guerra para construir a paz".

A primeira conferência tem lugar no dia 24 de Março, pelas 9h45, na Escola Secundária C+S de Idanha-a-Nova, com a colaboração da professora responsável, Maria das Dores Ferreira Pinto. No mesmo dia, pelas 14h45, na Escola Faria de Vasconcelos, em Castelo Branco, Jorge Romão será o

professor responsável pelo encontro entre alunos e representantes da ADFA.

No dia 25 de Março, pelas 9h45, no Agrupamento Vertical de Escolas, de Paúl, o professor João Luzio coordena mais uma conferência. Pelas 14h45, na Escola Secundária do Fundão, a professora Ana Brioso e os alunos recebem a ADFA. Neste dia, as conferências desdobram-se em dois períodos de cerca de uma hora.

No dia 26 de Março, às 18h00, os alunos e o professor José Pires, da Escola Superior de Educação de Castelo Branco, recebem os conferencistas da ADFA.

A Escola Secundária Amato Lusitano, em Castelo Branco, recebe a ADFA no dia 27 de Março, pelas 9h30, sob coordenação da professora Otilia Duarte.

O último encontro vai decorrer em 28 de Março, a partir das 9h30, na Escola Secundária de Vila Velha de Ródão, com a colaboração do professor Jorge Gouveia.

## Coimbra

### Quotas em atraso

Estando a proceder a actualização e revisão de processos verifica-se haver um número razoável de associados com quotas em atraso.

Sendo o pagamento da quotização o suporte financeiro da Delegação, para que possa servir, como é sua obrigação, da melhor forma os associados, torna-se imprescindível manter as quotas em dia.

Entrámos todos nós, numa fase da vida em que ao avançar da idade se junta o agravar das deficiências.

Cada vez mais se torna necessário o envolvimento de todos em torno da nossa Associação, para que em conjunto se defendam os direitos dos deficientes militares.

A ADFA poderá e deverá ser cada vez mais o baluarte pelo primado da dignidade dos seus associados, esperando-se destes também, o cumprimento dos seus deveres associativos e assim poder criar-se as condições para o efectivo apoio, em defesa dos direitos de todos os associados, tendentes à preservação da qualidade de vida numa fase etária com problemas específicos, dos que deram a juventude e se cumpra o exercício da

plena cidadania.

Os associados de Coimbra, como sempre o fizeram, não deixarão de dizer "presente" e de colaborar para reforço associativo.

## Acompanhamento de associados e familiares

Em conformidade com o já anteriormente anunciado, lembra-se e agradece-se que a Delegação de Coimbra seja avisada das situações de internamento hospitalar ou outras situações referente a associados.

Por uma questão de princípio, pela defesa dos valores, pelo humanismo, a solidariedade não deverá ser palavra vã.

O Artigo 4º dos Estatutos não pode nem deve ser apenas um articulado legal.

O acompanhamento dos associados e familiares nas situações de maior fragilidade é condição para que se estabeleça uma relação que possibilite mútua confiança entre associados e ADFA.

Foi neste âmbito que visitámos o associado n.º 266, José Rama Monteiro Dentinho, portador de 100 por cento de incapacidade, tetraplégico, internado no Hospital Militar de Coimbra.

Cada vez mais importante, a solidariedade activa num mundo de faz de conta onde se fala muito, onde se fala demais. Um sincero sorriso quantas vezes ilumina o rosto mais triste.

## Setúbal

### Viagem a Marrocos

A Delegação de Setúbal está a organizar uma viagem ao circuito das cidades imperiais de Marrocos, de 21 de Abril a 1 de Maio.

Os oito dias de excursão custam 675 euros por pessoa (quarto duplo) e as inscrições podem ser feitas junto da Delegação de Setúbal.

Na próxima edição divulga-se o programa completo.

# JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

*Fornecedores de:*

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

**Desconto 10% a todos os Associados**

(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

## Opinião

# Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

A Europa Comunitária vai dedicar o ano de 2003 aos cidadãos com deficiência e seus problemas. Os ministros dos Assuntos Sociais dos países membros da Comissão do Parlamento Europeu e de outras instituições promovem grande cerimónia para celebrar o evento.

Com o objectivo de sensibilizar todos os cidadãos, um autocarro vai dar a volta à Europa, durante todo o ano e em Abril passa também por Portugal para assim alertar e mobilizar as populações para a problemática da deficiência.

Ao Estado compete apoiar, desenvolver e financiar projectos, cujo objectivo é a reintegração das pessoas deficientes, nos diversos sectores da vida social activa.

Em Viseu, desde o dia 15 de Novembro de 2002, as organizações estão a preparar iniciativas em conjunto, que se espera, desempenhar uma acção importante no alerta e sensibilização da sociedade, mas, devia o Governo promover, efectuar contactos com as associações de deficientes e organizações locais, de forma a detectar as inúmeras situações miseráveis, cruéis, sem assistência, por mau ambiente familiar, sem condições económicas porque a condição sócio-cultural não o permite! Há situações muito más. Há pessoas que vivem envergonhadas da sua deficiência, da família, dos amigos e da sociedade em geral. Devia ser feito um apelo, um alerta aos cidadãos que conhecem casos destes, envergonhados, deploráveis, e torná-los conhecidos, com o cuidado devido das autoridades competentes para poderem vir a ser apoiados e a ter uma vida digna! O sentido da solidariedade humana do Estado-Nação deve acontecer todos os dias e meses do ano de 2003 e todos os dias e meses dos anos seguintes! Todos os cidadãos com deficiência não merecem leis que os dividam, mas sim, que os unam! Agora pergunta-se como se pode entender o sentido da solidariedade humana quando uma pessoa, viúva de um deficiente militar e também ela pessoa deficiente, viver com uma pensão de 94,28, metade do que tem direito depois da morte do seu marido?! Como é possível os acidentes ocorridos em zona de campanha serem considerados em serviço ou, por exemplo, "a pedido" promoverem-se alguns deficientes das Forças Armadas e os outros ficarem a ver "a banda passar", como é visível o DL 134/97, de 31 de Maio?! Tanta, mas tanta injustiça, como os medicamentos que deviam ser ofertados, ser reconhecido o direito às juntas médicas por agravamento para todos os deficientes militares, e por fim à diferenciação do grau de incapacidade entre as juntas militares e da Caixa Geral de Aposentações, etc..

2003, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, sim, cultural e economicamente igualitário, baseado no princípio de que cada ser humano é uma pessoa!

Vamos acreditar que somos capazes de construir uma sociedade sem escândalos, rumo à cidadania plena. Que o ano de 2003 seja de facto um mundo novo, sem ódios, sem vingança, e que o Governo da Nação reconheça os cidadãos com deficiência como cidadãos de pleno direito!

JG

# Núcleos em acção

## Núcleo de Oeiras

A Direcção da Delegação de Lisboa e a Direcção do Núcleo de Oeiras foram recebidos, no passado dia 28 de Janeiro, pela vereadora da Cultura daquela autarquia, Ana Isabel Bessa, em representação da presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

Nesta reunião foi oficialmente dado conhecimento à Câmara Municipal da existência de um Núcleo da Delegação de Lisboa naquele concelho onde residem 260 associados.

A vereadora considerou "muito importante a presença da ADFA no seu concelho", potenciando já no corrente ano a colaboração que a Delegação e o Núcleo poderão receber, numa parceria com organizações congéneres nas actividades locais do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

A Direcção da Delegação solicitou a disponibilidade de um espaço para instalações do Núcleo de Oeiras, pretensão que foi bem acolhida por Ana Bessa, comprometendo-se a Delegação de Lisboa a solicitar por escrito à presidente da Câmara a cedência de um espaço de 50 a 100 m<sup>2</sup>, com total acessibilidade e com casa de banho adaptada para grandes deficientes.

Ficou em aberto a possibilidade do Núcleo vir a instalar-se na área da antiga Fundação de Oeiras, bem servida de transportes e próximo do CAS - IASFA de Oeiras ao qual os nossos associados podem recorrer para

assistência médica e outros serviços.

## Núcleo da Margem Sul

A Direcção do Núcleo da Margem Sul, acompanhada do responsável do SADG e da técnica de Serviço Social, participou numa reunião do Projecto "INCLUIR", da Câmara Municipal do Seixal, ocorrida no passado dia 30 de Janeiro.

Nesta reunião, as organizações referiram as actividades que estão a desenvolver no âmbito daquele programa, reforçando a necessidade de se comemorar publicamente ao nível local o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

Em reunião posterior, no dia 27 de Fevereiro, com Teresa Filipe, responsável pela área da Deficiência e terceira idade da Câmara Municipal do Seixal, foi enquadrada a necessidade de um espaço para instalar o Núcleo que, em princípio, poderá ser uma realidade a curto-prazo, numa antiga escola secundária que actualmente está a ser cedida a várias instituições de âmbito social.

O Núcleo da Margem Sul, em parceria com a Cooperativa Nacional de Deficientes (CNAD), apresentará à Câmara uma proposta de projecto para as actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

## Núcleo de Coruche

O Núcleo de Coruche está a colaborar com a Câmara Municipal daquela cidade no sentido de organizar, nas Comemorações do

25 de Abril, a deslocação da Exposição "Guerra Colonial - Uma História por Contar", bem como na realização de vários colóquios relativos ao conflito colonial e processo de inclusão das pessoas com deficiência.

## Núcleo de Peniche

A Direcção do Núcleo de Peniche está a participar activamente, em parceria com a respectiva Câmara Municipal, nas actividades distritais do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, levando a cabo várias iniciativas locais nas áreas da informação, cultura e desporto.

## Núcleo da Amadora

A Câmara Municipal da Amadora convidou o Núcleo para participar numa reunião alargada e destinada a elaborar o programa municipal das comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Na reunião do dia 11 de Fevereiro esteve também a Direcção da Delegação. Após uma troca de impressões e conhecimento das possibilidades do contributo de cada uma das instituições presentes, a Delegação de Lisboa, através do Núcleo da Amadora, responsabilizou-se pela elaboração de uma proposta na área de informação, animação e divulgação da problemática das pessoas com deficiência. Na próxima reunião será elaborado o programa definitivo a elaborar pelo município da Amadora em colaboração com as organizações de deficientes.

## Cultura e Lazer

# Serviço Social leva associados à Gulbenkian

O Serviço Social da Delegação de Lisboa realizou, em colaboração com o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, uma visita ao Museu Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

A exposição permanente do Museu mostra cerca de mil das mais de seis mil peças que compõem o espólio da Fundação Calouste Gulbenkian.

A visita guiada por Isabel Silva, técnica do

Museu, foi considerada "um bom ponto de partida para novas visitas, onde poderemos, com maior atenção, ver peça a peça", lembrou João Teixeira, residente do Lar Militar.

O espaço é plano, o que proporciona a deslocação em cadeira de rodas. A entrada está disponível em duas rampas, aliás como por toda a Fundação.

Na exposição, em que está patente uma

parte interactiva, com uma visita virtual ao espaço da Fundação, à casa de Calouste Gulbenkian, em Paris, e aos dados biográficos do milionário arménio que trouxe para Portugal autênticos tesouros artísticos e históricos. A visita interactiva é acessível, uma vez que um dos monitores está colocado à altura da consulta por quem utiliza cadeira de rodas.

A exposição está dividida por áreas específicas de arte greco-romana, da Mesopotâmia, do Oriente Islâmico, da arménia e do Extremo Oriente, entre outras. Marfins, iluminuras, esculturas, pinturas e peças de ourivesaria constituem as 17 galerias da exposição permanente.

Das obras destacaram-se as pinturas dos séculos XV a XIX, as tapeçarias persas, os objectos litúrgicos da Arménia e a arte islâmica. Um monumental baixo-relevo assiri também pren-deu a atenção dos visitantes.

O Museu tem ainda disponível uma galeria de exposições temporárias, que actualmente mostra inúmeras moedas gregas, da colecção de Calouste Gulbenkian. Podem ainda ser consultadas as bibliotecas de artes e os serviços técnicos.

A visita pelos cerca de cinco mil anos de história culmina na exposição das obras de René Lalique, um conjunto de jóias e vidros Arte Nova, "considerado única no mundo", segundo informou Isabel Silva.

A entrada no Museu é gratuita para crianças, grupos escolares, professores, estudantes, portadores do cartão jovem, pessoas com mais de 65 anos e aos domingos, para o público em geral.

O Serviço Social organizou ainda uma visita ao Pavilhão do Conhecimento, no dia 4 de Fevereiro, com associados cegos, que incluiu uma passagem pela exposição "O Cabelo", com a ajuda de um guia.

No dia 27 de Fevereiro foi a vez do teatro marcar as actividades culturais da ADFA. O Politeama, em Lisboa, foi o palco da peça "My Fair Lady - Minha Linda Senhora", a que assistiram associados, familiares e funcionários da ADFA.



## CONVOCATÓRIA

# Assembleia Geral da Delegação de Lisboa

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Lisboa, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 49 dos Estatutos, convoca todos os associados desta Delegação, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar pelas 14h00, no dia 15 de Março de 2003, na cidade de Lisboa, no Salão da Sede da ADFA, sita na Av. Padre Cruz - Edifício ADFA - 1600-560 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Apreciar e votar o Relatório de Actividades e Contas do exercício de 2002; 2) Actuação da Direcção da Delegação de Lisboa sobre as grandes questões associativas de âmbito Nacional junto dos Órgãos Sociais Nacionais; 3) Parecer e sugestões dos associados da Delegação de Lisboa; 4) Informações gerais da Direcção da Delegação: vida associativa e funcionamento dos serviços da Delegação.

O Presidente da MAGD  
Adérito Pinto

## Despedida

DELEGAÇÃO DE LISBOA



A Dr.ª Maria João Santos, Jurista da Delegação de Lisboa, decidiu por razões pessoais rescindir o seu contrato de trabalho a partir do 31 de Janeiro do corrente ano.

Pelo seu profissionalismo e disponibilidade solidária, que sempre demonstrou no exercício das suas actividades, a Direcção da Delegação de Lisboa, em cerimónia singela em 3 FEV 2003, reconheceu pessoalmente o seu trabalho, oferecendo-lhe um ramo de flores e uma pequena lembrança do 2º Vogal da Direcção da Delegação, Fernando Carvalho, convidando-a, nesta mesma data para um almoço de homenagem, nas instalações da ADFA, no qual estiveram presentes os responsáveis dos serviços e a equipa técnica da Delegação.

Com estes gestos de amizade e camaradagem entre os dirigentes e trabalhadores da Delegação poderemos servir cada vez melhor os associados.

A Direcção da Delegação

## Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

O presidente da Direcção da Delegação de Lisboa integra a Comissão Distrital para as comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, "pretendendo-se que esta efeméride seja assinalada condignamente em Lisboa, por ser a capital do nosso país".

O programa está a ser elaborado e no próximo ELO serão publicadas informações mais detalhadas.

No âmbito das comemorações, a Delegação de Lisboa foi convidada pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA) a integrar uma comissão do Instituto que aprovou um "programa ambicioso" para assinalar o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

O programa assenta em actividades a realizar pelos alunos daquele Instituto, "acções de informação e divulgação pública sobre a problemática da deficiência, conferências descentralizadas, curso intensivo sobre reabilitação em Estraburgo e outras" e na colaboração activa das pessoas com deficiência e suas organizações representativas.

A Direcção da Delegação aceitou o convite, e vai divulgar a iniciativa inédita deste Instituto Universitário.

## Passeios da Delegação

A Delegação de Lisboa informa que já se encontram encerradas as inscrições para o passeio a Andorra/Lourdes, de 23 a 27 de Abril, por se ter atingido o limite de pessoas previsto. A Delegação aceita inscrições unicamente para casos de desistência.

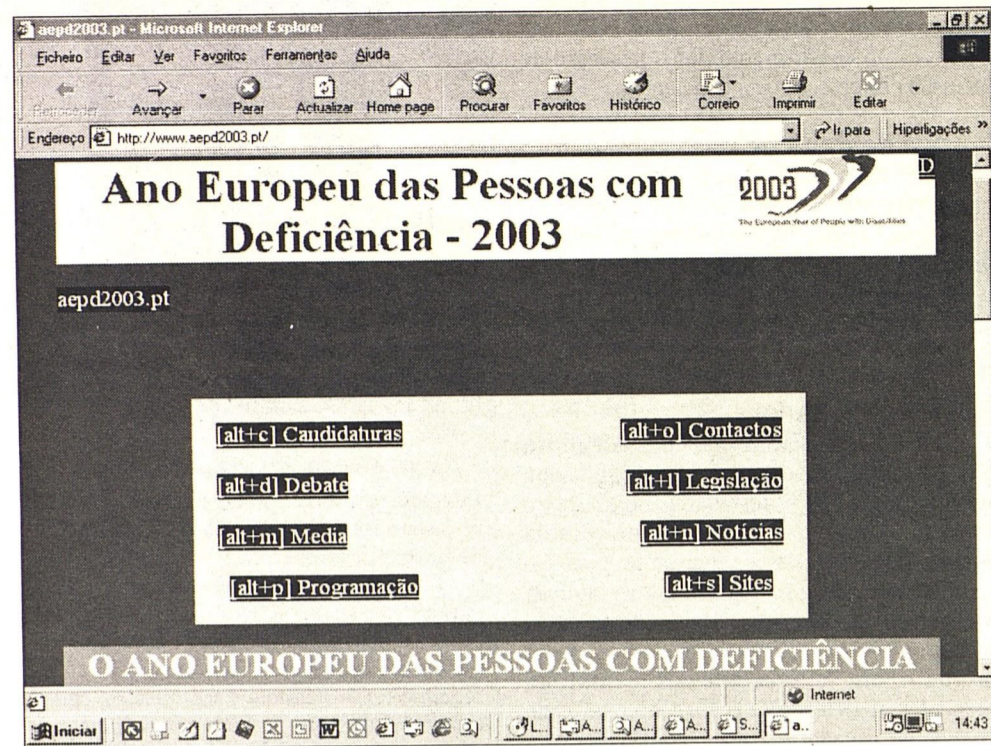
Para o passeio à Ria de Aveiro, em 8 e 9 de Março, mantêm-se abertas as inscrições, com estadia completa e espectáculo no Casino da Póvoa de Varzim (150,00 euros por pessoa).

Na próxima edição do ELO, a Delegação de Lisboa vai abrir inscrições para um passeio de dez dias a Benidorm, de 6 a 15 de Junho.

RV

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência 2003

# Comemorações iniciam-se no dia 12 de Março



o encontro "A Cultura na Qualidade de Vida do Cidadão com Deficiência".

"As Novas tecnologias e as Pessoas com Deficiência" vai ser o tema do seminário promovido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no dia 14 de Março.

"Sensibilizar a sociedade para os direitos e para a mudança de atitudes face às pessoas com deficiência", incentivando a reflexão e o debate sobre as medidas necessárias à promoção da igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de vida destes cidadãos, são alguns dos objectivos do Ano Europeu de 2003.

Promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres com deficiência, reforçar a cooperação com a comunicação social e promover o intercâmbio de experiências e de estratégias aos níveis local, regional e nacional, para melhorar a divulgação dos meios e recursos disponíveis que permitam às pessoas com deficiência a livre escolha do seu modo de vida, são outras metas apontadas pelo Conselho da União Europeia (UE).

Pretende-se promover medidas que assegurem uma maior participação na vida social, económica e cultural das comunidades a que pertencem os cidadãos deficientes.

O ministro da Segurança Social e do Trabalho fez eco das deliberações da UE, no despacho n.º 24.730/2002, publicado no Diário da República de 20 de Novembro de 2002, que criou a Comissão Nacional de Coordenação para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, integrando representantes de departamentos

governamentais e representantes das organizações não governamentais na área da deficiência.

A Comissão Nacional, da qual a ADFA também faz parte, tem como objectivo principal coordenar as iniciativas e a participação de todos os intervenientes. No âmbito do combate à discriminação das pessoas com deficiência, vai coordenar as actividades de sensibilização para as múltiplas formas de deficiência e de discriminação.

As delegações da ADFA estão integradas nas Comissões Distritais também criadas.

A igualdade no ensino, o desenvolvimento de uma cooperação europeia entre os profissionais do ensino de pessoas com deficiência, "a fim de melhorar a integração dos estudantes com necessidades especiais nos estabelecimentos de ensino regulares ou especializados, bem como nos programas de intercâmbio nacionais e europeus", é outra das prioridades da Comissão.

A Comissão Nacional de Coordenação considerou "muito importante que se conjuguem esforços e sinergias para a concretização de actividades que contribuam para a maior sensibilização e consciencialização da sociedade em prol dos cidadãos com deficiência".

Em Atenas terá início uma viagem de uma viatura que, ao longo de todo o ano, irá percorrer a Europa e em cada país da UE permanecerá por períodos previamente estabelecidos.

RV

O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, 2003, vai ter a cerimónia de abertura no centro de Congressos da AIP (ex-FIL), no dia 12 de Março, com várias intervenções a nível governamental, das organizações e de um representante da Comissão Europeia.

O Coro de Santo Amaro de Oeiras interpretará os hinos de Portugal, da Europa e do Ano

Europeu.

No dia 13, em Faro, na escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, vai decorrer o seminário "Acessibilidade, Sociedade e turismo". Na Universidade de Évora vai ter lugar um seminário sobre "As Barreiras Sociológicas Face às Pessoas com Deficiência".

No dia 14, a universidade de Coimbra acolhe

## Protocolo

# CRPG colabora com Instituto de Medicina Legal

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), em Novembro de 2002.

Podendo legalmente o INML "atribuir ou adquirir a outras entidades a realização de exames e de perícias médico-legais que lhe forem solicitadas, bem como a realização de acções de formação", e considerando que o CRPG "é detentor de adequadas e relevantes competência e experiência no que respeita à avaliação, reabilitação e reinserção profissional de indivíduos com handicap motor, sensorial, doença mental e intelectual", foi acordado que o CRPG poderá realizar, por solicitação das delegações ou gabinetes médico-legais do INML, exames a indivíduos que apresentem deficiências graves, com

idade superior a 15 anos, no apoio à avaliação do dano corporal em clínica médico-legal.

Os exames podem ser de: avaliação médica de capacidade produtiva de trabalho, acessibilidades no posto de trabalho e habitação e necessidades em termos de ajudas técnicas e de adaptações (na área da medicina física e de reabilitação e medicina do trabalho); avaliação psicológica e avaliação sócio-económica.

O protocolo prevê que o CRPG faculte aos avaliados orientação e apoio na reintegração profissional, disponibilizando ao INML o seu equipamento e instalações para fins de ensino e de investigação. Os técnicos do CRPG também podem participar como palestrantes em acções de formação ou cursos promovidos no INML.

O Instituto compromete-se a facultar

dados relativos à sua actividade pericial, no âmbito de projectos de investigação científica, bem como a disponibilizar o seu equipamento e instalações para fins de ensino e investigação. "Sempre que possível", o INML proporcionará uma redução de 50 por cento nos custos de acções de formação ou de cursos em que participem os técnicos do CRPG.

O protocolo entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2002 e será válido por um ano.

O CRPG, o INML, a Associação Portuguesa de Avaliação do Dano Corporal e a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto estão a organizar um encontro com o tema "Da Avaliação à Reparação do Dano Corporal - Uma Nova Perspectiva Metodológica", na instalações do CRPG, em data a designar. •

RV



## URGÊNCIAS DENTÁRIAS

CENTRO DE DIAGNÓSTICO

**CED\$MEP**

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

Acordos: ADME-GNR-CGD-CTT-PROTOCOLOS TAXSINTRA-OUTROS

Reabilitação Oral / Próteses

Ortodoncia Aparelhos Fixos e Móveis / Rx Panorâmico

CONSULTAS DE CLÍNICA GERAL PEDIATRIA  
PSICOLOGIA MEDICINA DENTÁRIA

Email: cedmep@clix.pt

R. Prof. Dr. Virgílio Machado, Lt 22 - Loja 1

Tel.: 214 393 155 - 2745-342 QUELUZ OCIDENTAL



Colóquio Técnico "O Caminho do Stress Pós-Traumático"

# O papel das famílias é determinante



O painel em que participaram técnicos de saúde e serviço social

O Colóquio Realizado em Leiria, no dia 31 de Janeiro, subordinado ao tema "O Caminho do Stress Pós-Traumático", trouxe mais uma vez a público a temática do Stress de Guerra e as suas sequelas nos militares que intervieram na Guerra Colonial e as famílias que os receberam e que com eles sofreram as marcas do conflito em África.

Uma constante nas intervenções dos técnicos de saúde e de serviço social, dos representantes do Ministério da Defesa Nacional e da autarquia local, e de uma mulher, esposa de um deficiente guerra, o sofrimento das famílias dos militares afectados pela doença foi amplamente referido como uma das consequências mais marcantes da Guerra Colonial.

Na sua intervenção na Sessão de Abertura do Colóquio, a presidente da Câmara Municipal de Leiria, Isabel Damasceno, incentivou a ADFA, "como associação exemplar na sua forma de actuar", sublinhando também a importância da divulgação sobre o que é a guerra, junto da população mais jovem.

José Vale de Ovelha, psicólogo que na Guerra Colonial serviu como enfermeiro de combate, abordou as lacunas existentes na preparação dos técnicos de saúde na altura e a falta de psicólogos e de psiquiatras militares "que tivessem acompanhado as centenas de milhares de soldados durante a longa duração das campanhas militares", que muito contribuíram para a situação dos militares afectados pelo stress de guerra, que regressaram sem o apoio necessário. Por sua vez, as famílias, nada preparadas para lidar com as suas perturbações, viram-se sem recursos para responder às dificuldades.

Na intervenção de Maria Odete Martins, esposa do associado Alípio Alves, cego de guerra, ficou patente o difícil estilo de vida das famílias dos afectados.

No seu testemunho, Odete Martins, realçando os sentimentos de revolta, amor e emoção, referiu que "o Estado Português nunca reconheceu a importância das companheiras dos militares", lembrando a experiência vivida com o marido que, apesar da grande deficiência e das recordações da

guerra, refez a sua vida. Para Odete Martins, "a ocupação é um factor muito importante". Lembrou o IV Congresso da ADFA, em que foi aprovada uma proposta sobre as formas antecipadas das mulheres dos antigos combatentes.

Odete Martins desabafou os males e as angústias de "nunca se ter feito justiça", evitando uma intervenção mais emocionada. Manteve uma abordagem à história de guerra do seu companheiro, referindo os processos da sua reabilitação. A intervenção de Maria Odete Martins destacou-se também por não ser usual encontrar nos programas dos encontros sobre esta temática intervenções de familiares dos portadores da doença.

Os técnicos de saúde que intervieram apontaram para as perturbações no seio familiar que esta doença provoca, aludindo sempre aos diversos sintomas que apresenta.

A técnica de Serviço Social da Delegação da ADFA em Lisboa, Vera Mouta, também abordou a problemática das famílias dos antigos combatentes afectados. "Na maioria dos casos, a família verbaliza um sentimento

de desespero de quem vive uma situação de grande desconforto e indefinição. Este último aspecto resulta na adaptação da família ao "estar do utente", referiu Vera Mouta, que também falou do desgaste familiar, que origina em muitos casos situações de divórcio. Os dados apontados pela técnica de serviço social resultam da intervenção realizada ao serviço da ADFA.

Vera Mouta apresentou ainda uma proposta de intervenção social que prevê o acompanhamento, como objectivo de melhorar a qualidade de vida do utente e da sua família, fazendo o levantamento dos recursos locais para a construção de uma rede de respostas e o posterior encaminhamento e acompanhamento social.

Nas conclusões do Colóquio ficou expresso que "o DPST atinge o meio social envolvente do doente, com especial incidência nas famílias, podendo reflectir-se até na terceira geração", considerando-se que "o não tratamento corresponde a hipotecar gerações futuras". No Colóquio sublinhou-se ainda que "os feridos com maior gravidade e com lesões permanentes, bem como os seus familiares, não dispunham de apoio psicológico, o que deixava a reinserção pessoal, social e profissional dos deficientes a cargo da boa vontade e à medida dos conhecimentos do meio social e familiar envolvente".

"Nestas circunstâncias, o papel das mulheres - esposas, mães, irmãs - foi determinante, embora nunca tenha sido devidamente reconhecido. Elas foram muitas vezes o substituto dos meios de recuperação e de reinserção que o Estado reconheceu na Lei, mas nunca levou à prática."

As conclusões do Colóquio Técnico realizado em Leiria foram enviadas às entidades que nele participaram e a ADFA espera que esta iniciativa venha a ter frutos, no que respeita à sensibilização da opinião pública, apesar das ausências dos mais altos representantes governamentais e da comunicação social, como foi realçado pelo presidente da DN, na sessão de encerramento. •

RV



Associado Alípio Alves e esposa em primeiro plano

**ADFA reúne com Direcção-Geral de Pessoal do MDN**

**CCADFA deve reunir com urgência**

A ADFA, representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, pelo 1º vice-presidente da DN, Artur Vilares, e pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes, reuniu-se com a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do MDN, para abordar questões relativas aos direitos dos deficientes militares.

Alberto Coelho, director-geral de Pessoal, acompanhado pelo coronel Adérito Cardoso e pelo tenente coronel Fernando Reis, do Departamento de Acção Social daquele ministério, receberam os representantes da ADFA.

Salientou-se da reunião o entendimento da ADFA sobre a "absoluta necessidade de continuidade e reunião urgente do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA) que, integrado na estrutura orgânica do MDN, já não reúne desde o primeiro semestre de 2001", segundo referiu o presidente da DN.

Foram abordadas outras matérias, designadamente a situação que abrange os furriéis milicianos DFA, "actual e inexplicavelmente arredados da normal tabela remuneratória das Forças Armadas, situação que causou alguma surpresa e garantia de acompanhamento tendente à sua resolução", continuou o dirigente.

Foi feita uma análise das actuais hipóteses de acolhimento dos deficientes militares que estão ou venham a estar necessitados de residência protegida, "enquadrando-se nas perspectivas futuras as estruturas existentes quer no Lar Militar, quer nas do IASFA", acrescentou.

"De qualquer modo, iniciou-se um processo de trabalho tendente a encontrar um protocolo transversal que, com recurso ao envolvimento de mais do que um ministério, a ADFA e as federações das misericórdias e IPSS possam garantir apoio domiciliário e de lares em locais próximos da residência dos deficientes militares, para que estes não se desenraizem, não tenham que abandonar a companhia de esposa e filhos, e o ambiente natural em que sempre viveram", informou o dirigente. Esta questão, segundo o presidente, "tem o acolhimento da estrutura política do MDN, como aliás já foi transmitido pelos secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, aquando da sua visita à nossa Sede e na entrevista que concedeu ao ELO, na edição de Dezembro".

O presidente da DN considera que estas vertentes são importantes, mas "a ADFA espera que rapidamente lhe sejam dados horizontes de uma série de projectos apresentados ao MDN e cuja filosofia de publicação os deficientes militares querem conhecer".

"Para eles, um ano de promessas é tempo demasiado para que elas se mantenham no vazio", conclui o presidente da DN. •

RV

**VISITE O NOSSO**

**MUSEU DA GUERRA COLONIAL**

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO





Opinião

Jardim

Jorge Maurício

Quando o conheci era um jardim antigo, cheio de recantos, com árvores frondosas e ninguém num simples olhar o podia ver todo. Pelas suas ruelas e veredas passeavam os Covilhanenses, nos seus momentos de lazer e naqueles dias em que o descanso semanal lhes permitia desfrutar do oxigénio, das sombras e do cheiro agradável das plantas e das flores.

Nos seus recantos mais escondidos namorados estudantes ou não fugiam aos olhares incómodos e davam largas às suas intimidades e aos prazeres tácteis. Estes locais paradisíacos eram utilizados também para os estudantes que em alturas de pontos e exames, para ali fugiam para, em recolhimento quase absoluto, encaixarem rapidamente o máximo de matéria possível.

Era assim aquele espaço do agrado de todos, encimado nas faldas da serra da Estrela, com altos paredões que lhe permitiam que o seu terreno fosse plano e

servia também como miradouro para a parte mais baixa da cidade já na altura enferrujada pela poluição das fábricas de lanifícios.

São recantos da nossa vida que se mantêm na memória eternamente e nos fazem rejuvenescer quando os chamamos à zona do nosso consciente. Parece que estou a falar de um sonho e na realidade estou, pois este éden já não existe, desapareceu por força do desenvolvimento, como se isto fosse desenvolvimento, e agora ficou na mesma com árvores, flores, arbustos e verduras e para contemplar a modernidade tem três grandes avenidas em asfalto, ladeadas de bancos de jardim e a montanha, aquela que estava camuflada aparece agora na sua grandeza e imensidão a impor-se perante o jardim, agora desnudado e sem encanto. Estava feita a vontade dos homens de hoje. A natureza essa fugiu para longe e agora está naquela montanha onde os seres ainda não chegaram e com a sua carqueja e arbustos de altitude continua a ser o exemplo da grande natureza contra os nus do jardim moderno.

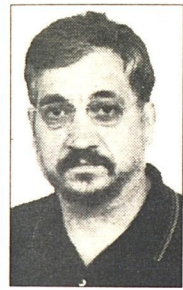
A partir desta altura deixei de ver as árvores e passei a observar só a montanha que para mim além de majestosa, grande e escura encerra o misticismo daquilo que está longe, não se toca nem se vê em pormenor e assim nasceu a minha musa daquele jardim. Gostava imenso de lançar o meu olhar para ela, em noites escuras e invernosas e lá eu encontrava a grandeza do mundo em contraste com a minha pequenez e fragilidade. Confesso, que a montanha me

fascinava e atraía-me e fazia de mim um ser nostálgico e entregava-me a sua imensidão e lá sonhava e os pensamentos enrolavam-se nas rochas e na terra escura e no dia seguinte podia lá ir buscar os desabafos de hoje e hoje estão lá os meus sentimentos de outrora. O jovem que admirou a montanha já partiu e já não é jovem, aquilo que fui as lágrimas que chorei estão naquele sacrário, sepultura de tantas fantasias e sonhos, com ela fui feliz idealizei-me e repousei nela os olhos que tinha e a força que os movia.

Montanha és a minha confidente, tens dentro de ti os meus segredos de uma juventude amargurada a, com o desânimo de quem «é impotente para voar e só pode encontrar a felicidade nos céus, que ficam num lugar inatingível, mas é maravilhoso na minha imaginação. És tu montanha que continuas erguida que te lembras de mim quando também era um ser bem erecto, que embora te respeitasse e admirasse, também tinha a minha postura e com as tuas mensagens diárias e com a força que me davas estava pronto a desafiar o mundo e ombrear com os gigantes com cabeça de noz.

Agora para mim és só memória, saudade e distância, como se já te tivesse deixado há longos muito longos lapsos de tempo, és aquilo que eu já não sou e a tua mancha negra e majestosa em noites de breu, deve estar agora a seduzir outro jovem que em ti encontrará aquilo que outrora eu te deixei.

Mantém-te imponente e continua a ser esperança e sonhos para quem quiser. •



Opinião

É preciso esperar que morram

José Maia

A aceitação da realidade relativa às consequências directas e indirectas da guerra colonial, não só durante o tempo do conflito mas também em relação aos seus efeitos trágicos em muitos que combateram no terreno e não só, tem sido sucessivamente inserido nos programas dos diversos governos após Abril de 74, que infelizmente para os deficientes militares não tem tido correspondência em termos práticos na maioria das situações.

Algumas iniciativas governamentais, na maioria dos casos pontuais, terão e têm sido tomadas mas quase sempre de forma parcelar e inconveniente. O que é dramático é que existe o conhecimento dos problemas com que se debatem muitos dos deficientes militares, suas angústias e necessidades no meio familiar e social. Fala-se, intervém-se, fazem-se longos e ornamentados discursos de opinião mas a verdade é que após quase 3 décadas após o último tiro, com todo o desenvolvimento do país e evolução de mentalidades, o processo de guerra e efeitos nos cidadãos e famílias é tratado com ligeireza hipócrita discutindo-se a vertente económica dos custos e pouco os valores humanos que deveriam estar sempre em primeiro lugar.

Contrariamente ao que muitas vezes se afirma tenho a convicção de que, mais que ninguém, são os próprios deficientes aqueles que ao acordar diariamente sentem o peso da deficiência, que desejam a discussão, que não só a apreçoada modernização, tantas vezes o disfarce da incompetência.

Deixa-se para trás a verdade pois ela é condição da dignificação e do respeito.

O problema dos deficientes militares, a grande questão estará portanto na vontade

política a adoptar para tratar as buropatologias e desencadear com sucesso um processo de modernização de mentalidades.

Os elos mais fracos da sociedade, os que mais badalados e referenciados quando na procura de votos, são depois triturados na batalha político-partidária.

A luz do que se tem passado, salvo raras excepções, às actuações dos sucessivos governos, tem que se concluir que a proclamada necessidade de se fazer justiça em relação às grandes vítimas do regime fascista/guerra colonial, não se conta afinal entre os objectivos de quem governa nem da parte da sua administração obediente e seguidista.

Antes pelo contrário. Os sinais dados pelos políticos, governo/ oposição, são quantas vezes contraditórios, até perturbadores, com nefastas consequências para quem cada vez mais, com o avançar da idade, necessita de ajuda.

Começando-se nas alturas da campanha eleitoral pela adopção de teses de que os deficientes militares deverão ter o justo reconhecimento da nação, etc., etc., etc!... Depois no governo, passa-se ao silêncio aqui e ali interrompido por envergonhados ruídos!... Decide-se em sede de orçamento do estado, aumentos de pensões em função de interesses económicos parcelares e raramente tendo em conta as verdadeiras necessidades de quem precisa.

Não se tem em conta os excepcionais problemas das deficiências, sendo portanto, para muitos a perda do poder de compra.

Basta ver os preços das consultas, exames médicos, intervenções cirúrgicas, medicamentos, próteses, etc., etc., etc.... Coisas básicas na vida de um deficiente, sem contar obviamente com as despesas de educação dos filhos, alimentação, habitação e por aí fora... Há quem hoje viva sem qualquer sinal de esperança ou expectativas de melhoria de condições de vida. Muitos encontram-se confusos e desmotivados adivinhando-se para os próximos tempos agravamento de acentuado desgaste, sobretudo pelo facto da dependência económica e social perante o encolher de ombros de um poder ultrapassado, insensível e ineficaz. Tudo por razões que se fundam em questões e conceitos de gestão

economicista.

Não existe uma visão para as verdadeiras respostas aos cidadãos portadores de grandes deficiências, vítimas de uma guerra que não acabou, uma geração de homens na casa dos 50/60 anos obviamente fragilizada e desgastada pela vida actual e pelas recordações que não se apagam facilmente devido aos momentos difíceis que atravessou.

Uma geração confrontada com um tipo de vida onde só cabem alguns, um mundo super rápido sem valores onde impera o economicismo não havendo espaço para os mais carentes, sendo estes de vez em quando utilizados em caldeiradas legais e quantas vezes de forma precipitada e pouco cuidada se entende fabricar decretos imaginando-se que uma simples lei altera a vida e o direito à dignidade.

Nos tempos que correm estamos perante torturas tácticas, uma moda de ideologias de falsas promessas e preconceitos em relação aos deficientes que formam uma mistura de graves consequências para o futuro. Para a Direcção Nacional da A.D.F.A. o incentivo para a continuação para a sua luta e empenhamento em prol dos associados. Com os seus defeitos e virtudes como homens que são, que levam em frente o projecto em que a maioria associativa votou e acredita, continuando no seu posto enfrentando as tempestades a que estão sujeitos, sem desfalecimentos!...

Sem sofismas, sem estigmas de postos, com verdade, Delegações e Sede, saberemos pelo apoio mas também com a crítica séria e isenta, acompanhar a Direcção Nacional na continuação da escalada cada vez mais difícil mas com fé inabalável dos que acreditam; todas as barreiras serão vencidas incluindo os obstáculos internos.

Não nos deixemos adormecer, não permitamos a anestesia. Pela continuação do direito à vida.

Para certas cabeças não se deve ligar muito a certas camadas sociais.

A grande filosofia que se encontra escondida nos gabinetes mesmo em tempo de democracia, é aquela em que aqueles que ontem, no Estado Novo, hoje distintos democráticos!... defendem, embora não expressando:

É preciso esperar que morram!... •

Opinião

ADFA, a Grande Ausente na Marcha da Paz

Será que já nos esquecemos do mal que a Guerra nos fez?

Será que a ADFA, perdeu a solidariedade na Defesa da Paz e dos Direitos humanos?

Já nos esquecemos que estivemos treze anos numa Guerra Colonial, que terminaria muito antes se houvesse democracia e se a opinião pública se pudesse manifestar?

Quantos de nós seríamos hoje, homens sem o peso da deficiência, se o povo português se tivesse podido manifestar livremente no princípio dos anos sessenta?

Concordamos nós que no passado e no presente alguns decidam por todos em matéria da Guerra e da Paz, impondo o silêncio à maioria, amordaçando os sentimentos do coração?

Será que a A.D.F.A. como membro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra (F.M.A.C.), não se sente obrigada a exprimir publicamente a Defesa da Paz contra os "Falcões" que reduzem os seres humanos a meros números de mortos, doentes e estropiados?

Será que a A.D.F.A. se satisfaz apenas com a elaboração de um comunicado que se limita a transcrever as orientações da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra (F.M.A.C.), voltando as costas aos movimentos cívicos defensores da paz e dos direitos humanos?

Será que participar na manifestação de 15 de Fevereiro de 2003 contraria a posição da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (F.M.A.C.) que exprimiu "a sua profunda inquietação quanto aos acontecimentos recentes da cena internacional e deplora em particular as iniciativas dos Estados que encaram acções unilaterais com recurso à força das armas face aos conflitos existentes"?

Será que a A.D.F.A., como Organização não Governamental defende a paz apenas com palavras ocas e tem medo de apresentar publicamente as vítimas da Guerra, testemunho vivo da "Loucura dos Políticos" e que depois de se servirem dos melhores filhos da Nação esquecem-se rapidamente das vítimas dos conflitos por eles criados?

O reconhecimento dos nossos sacrifícios não se conseguem, ficando em casa espreitando pela fresta da porta, os movimentos cívicos que marcham à luz do sol, reivindicando a Paz, o desarmamento, a destruição de armas não convencionais, químicas, biológicas e nucleares que utilizadas por líderes inconscientes podem massacrar de uma hora para outra cidades e povos inteiros, desta Humanidade que já atingiu patamares de elevada consciência de solidariedade e Direitos Humanos, gravadas a "letras de ouro" na carta das Nações Unidas. •

Francisco Janeiro

# O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias. Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

"O Direito:

Está demonstrado que durante os primeiros dezoito meses de prestação de serviço militar, ainda no Continente, o recorrente não sofreu de qualquer doença.

Só após a sua ida para a Guiné, onde prestou serviço em zona operacional, com intervenção em todas as operações de maior perigo, estando sujeito ao constante perigo das acções do inimigo, a mau alojamento e alimentação, realçando-se a péssima qualidade da água, alterações climáticas significativas, grande esforço, tensões, ansiedade e grande stress, e decorrido cerca de um ano, é que o recorrente começou a sentir-se mal, com vômitos, falta de apetite, etc., sendo internado durante nove meses.

Foi diagnosticada ao recorrente úlcera gastroduodenal, considerando-se a mesma como consequência directamente relacionada com o serviço de campanha, com a desvalorização de 20%.

No parecer do médico especialista, depois de se referir que o militar era fumador, refere-se que "O *Helicobacter Pylori* encontra-se presente na maioria dos doentes e cada vez mais parece ser um factor a considerar. Existem factores de risco associados a esta situação: tabagismo, história familiar e fármacos. Os factores psicológicos, ambientais e alimentares estão mais relacionados com eventual exacerbação da doença pré existente do que com a sua génese.

Conclusão: Não há nexo de causalidade entre a úlcera péptica do senhor Furriel ... e o Serviço Militar.

Deste parecer o que se fica a saber é que, em abstracto, os factores psicológicos, ambientais e alimentares, estão mais relacionados com a eventual exacerbação da doença pré-existente

do que com a sua génese, existindo, para esta, factores de risco, como seja o tabagismo, história familiar e fármacos.

Sem saber quais os antecedentes pessoais do recorrente, no que respeita a história familiar e uso de fármacos, apenas referindo que o mesmo era fumador, o perito médico concluiu não haver nexo causal entre a úlcera do recorrente e o serviço familiar.

Porém toda a factualidade apurada aponta em sentido contrário, dado que antes da ida para a Guiné não havia notícia da existência da doença. E, só depois de mais de um ano de confronto com situações psicológicas, ambientais e alimentares graves, a cumprir serviço militar em zona de guerra, é que a doença foi diagnosticada. Seguindo o parecer, tal situação sempre teria contribuído para a exacerbação da doença. O que nem isso se admitiu.

Mas, mais do que isso, a aceitar-se o referido parecer, fica-se sem se saber como surgiu, então, a úlcera, na pessoa do recorrente. Para afastar o sentido e parecer da Junta Médica Militar, este, sim, conforme com a factualidade apurada, teriam de se indicar motivos justificativos da ausência da referida causalidade entre o serviço militar e a doença, o que não aconteceu.

O parecer médico mais não contém do que uma referência a situações que, em abstracto, se podem verificar. Não analisou, no fundo, o caso concreto que estava em causa.

Da leitura do parecer do médico e da conclusão dele resultante, pode dizer-se que o mesmo considerou, para efeitos da sua conclusão, que o recorrente já tinha a doença (úlcera) antes da incorporação no serviço militar, facto esse não provado e em desconformidade com todos os demais factos

apurados.

Ou seja, incorreu em erro nos pressupostos, por consideração de factos não provados e desconsideração de factos que, para tanto, deveriam ter sido ponderados.

Ao louvar-se nesse parecer, e não mais, para a decisão sobre a relação entre a doença do recorrente e o serviço militar, a Junta Médica de Revisão incorreu nos mesmos vícios.

Vícios esses que se entenderam ao acto ora impugnado.

A fundamentação do acto recorrido não indica os motivos que levaram a afastar a causalidade entre o serviço militar e a doença, pelo que é insuficiente.

A autoridade recorrida, para a prolacção do acto recorrido teve de socorrer-se de regras de ordem técnica-jurídica (médica) que se inserem na chamada discricionariedade técnica sendo, nesse domínio, possível o controlo jurisdicional nos casos de erro grosseiro ou manifesto, erro este que é aquele que se mostrar evidente, grave ou flagrante que tenha sido cometido pelo órgão da Administração na apreciação dos factos. (...)

(...) Foi o caso dos autos.

A falta de fundamentação, ou a sua insuficiência (sendo certo que equivale à falta de fundamentação a adopção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do acto - artº 125º, nº 2, do CPA), gera vício de forma que conduz à anulação do acto (cfr. artº 135º, CPA). (...)

(...) Decisão:

Nestes termos, julgo o recurso procedente e, verificada a falta de fundamentação e a dispensa, não justificada, da audiência do interessado, anula-se o acto recorrido, por vício de forma." •

RV

## A advogada responde

### Transmissão por morte do arrendamento a descendente

**"O meu pai, recentemente falecido, era DFA com 40% de incapacidade. Tenho trinta anos e há mais de dez anos que vivíamos ambos numa casa arrendada, estando o arrendamento em nome dele. Como neste momento me encontro desempregado e não tenho recursos para arrendar outra casa gostaria de saber que direitos me assistem."**

O arrendamento para habitação transmite-se, por morte do primitivo arrendatário, se lhe sobreviver descendente com menos de um ano de idade ou que com ele convivesse há mais de um ano.

No entanto, aos contratos transmitidos para descendentes com mais de vinte e seis anos de idade e menos de sessenta e cinco, como é o seu caso, é aplicável o regime de renda condicionada, excepto se o descendente em questão for portador de deficiência a que corresponda incapacidade superior a dois terços, ou se encontre na situação de reforma por invalidez absoluta, ou, mesmo que não beneficie de pensão de invalidez, sofra de incapacidade total para o trabalho, excepções que, pelo que nos relata na sua carta, não se lhe aplicam.

Assim sendo, e para poder beneficiar do direito à transmissão do arrendamento, deve comunicar ao senhorio, por escrito, a morte do seu pai, devendo a carta ser enviada nos 180 dias posteriores à data do óbito.

Nos trinta dias seguintes à recepção da comunicação da morte do primitivo arrendatário, o senhorio pode, em alternativa à aplicação do regime da renda condicionada, optar pela denúncia do contrato, caso em que deverá pagar-lhe uma indemnização correspondente a dez anos de renda.

No entanto, se o senhorio optar pela denúncia do contrato, poderá optar-se à mesma, oferecendo um novo montante para a renda, no prazo de sessenta dias após a recepção da comunicação da denúncia.

Recebida a oposição, o senhorio tem o prazo de trinta dias para optar pela manutenção do contrato com o valor da renda proposto ou pela denúncia, caso em que deverá pagar-lhe uma indemnização correspondente a dez anos de renda mas tendo a indemnização por base o novo valor proposto.

Todas as comunicações acima descritas devem ser feitas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de recepção. •

Inês Soares de Castro

## Comentário

### Direito à indignação

Nesta coluna fala-se normalmente de direitos e deveres, e desta vez tratar-se-á não de um direito legalmente instituído, mas de um de que muito se tem falado - o direito à indignação.

A Internet abriu novos horizontes à comunicação, e para os grandes deficientes já é, e deve ser ainda mais, um excelente meio de ligar ao Mundo quem dele vê o acesso dificultado pela soma de barreiras que, apesar de todas a legislação e declarações altissonantes, ainda perduram. Aliás, a ADFA participa já num programa de comunicação entre deficientes.

Mas a Internet é também o meio onde se movem sinistras figuras, desde redes terroristas a células neo-nazis, ou de pedófilos organizados a traficantes de toda a ordem. Ou ainda de mal intencionados, que nela encontram o meio ideal para chegar aonde jamais poderiam, quer pela pobreza do estilo, quer pelas inverdades que propalam.

Vem isto a propósito de um comentário ao dossier "25 de Abril" surgido no site da respeitável TSF (www.tsf.sapo.pt), que me suscitou a tal indignação. Ainda pensei em desmenti-lo, mas o que lá se diz (e se difunde, graças à TSF e Internet) é de tal ordem que só transcrito na íntegra, sob pena de os leitores pensarem que estava a inventar ou exagerar. Então, aqui vai:

**"Deficiente das Forças Armadas!  
Domingo, 09/02/2003 às 11:30  
Sou militar reformado em marinheiro da Marinha. A minha safa foi a Guerra Colonial, e depois o 25 de Abril. Parece contraditório, mas não é. Até chamarem-me para a guerra, não ganhava muito, as dificuldades eram muitas. Em bom rigor não houve um chamamento, pois a malta até se matava para ir para lá. Ir para Angola para mim significou (por isso é que nos**

**atropelávamos) receber 10 vezes o que cá recebia. Ou seja, ganhava cá 1700 escudos, e fui lá ganhar durante 6 anos cerca de 17.000 escudos. Era um simples marinheiro, mas ganhava lá mais que cá o ministro da marinha, tudo legal, constava do boletim de vencimento. Eu e a minha mulher, tínhamos uma bela casa lá posta à disposição pelo Serviço, podia ir a toda a hora à cantina. Foram 6 anos de poupança total. Guerra, nem vê-la. A única em que combati foi para poder ser chamado para Angola, mudar a minha vida. E como eu, muitos outros. Podem crer que nos matávamos todos para pôr lá os pés! Todos queríamos o mesmo! E hoje é a mesma coisa quando há lugares para a Bósnia, Timor, ou outro lado qualquer. Até chovem cunhas! Combati e vi combater numa terrível guerra: a guerra das cervejas (as cucas), envolvendo brancos, pretos e mestiços lá na cantina do serviço. Boas amizades então se faziam... Entretanto, deu-se o 25 de Abril. Eu pensava que a mama acabou. Mas veio o Vasco Gonçalves e aumentou a malta para o dobro, porque não faltou gente a chorar que a guerra era um inferno («nem mais um soldado para as colónias»). E ainda, como vi tantos colegas a choramingar e a fazer o mesmo, falei com um médico que me arranhou os papéis, e estou desde então dado como deficiente. Até vale bem a pena porque pago muito menos de IRS, e o carro que comprei no ano passado ficou-me muito barato, já que a minha deficiência justificou a isenção de imposto automóvel. Razão tinha esse médico, em dizer-me que só se eu fosse parvo é que não me dava como deficiente das forças armadas. Lembro-me da frase do Doutor: «não sejas parvo, o Estado logo te agradece!». E ao que oiço, existem 400.000 ex-combatentes como eu que fizeram o mesmo. E agora o Paulo Portas ainda quer aumentar os Ex-combatentes, eu pelo**

**sim pelo não já meti os papéis! Com o dinheiro que trouxe de Angola (para lá não levei nenhum) comprei 2 andares a pronto pagamento, e um automóvel novinho em folha, tudo dinheiro na mão. Nunca fiquei a dever nada a ninguém. E por isso nunca fui a um Banco pedir um tostão que fosse. Sempre detestei fazer figuras tristes. Reformei-me com 39 anos de idade, no auge da minha saúde. Os anos de Angola contaram a dobrar para a reforma. Fiquei logo com a reforma, e assistência médica e medicamentos à borla. Tretas? Nem pensar! Fui e sou um homem honesto, não devo nada a ninguém. Fiz o que fizeram muitos e muitos colegas do quadro, só que assumo! Nunca pedi nada a ninguém, limitei-me a cumprir ordens dos meus superiores hierárquicos, como bom militar que sempre fui. Até a história dos papéis da deficiência, foi uma imposição de um médico capitão de fragata. Toda a unidade já tinha o papel, menos eu, não podia ser... Passo hoje o meu tempo numa pequena quinta que tenho perto do Azeitão, entretido na horta e nos jardins. Mas o melhor tempo que passei foi em Angola. Nunca fui um retornado, porque fui lá destacado para ir ganhar o meu! E como eu tantos e tantos outros colegas. Apesar de mais velho, ainda estava capaz, eu e a minha mulher, de ir para o Iraque!"**

Fim de citação. Como podem ler, ultrapassa tudo o imaginável. E portanto, lanço aqui um apelo: usando o mesmo meio, esclareçam a TSF, cuja honorabilidade não deve ser posta em causa, do que pensam sobre 17 contos de vencimento em 1974, de 400.000 DFA, de DFA em acidentes de cantina, de aquisição de duas casas a pronto, dos anos de serviço para ser DFA, etc., etc. •

Nuno Santa Clara

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

**Portaria n.º 134/2003, de 6 de Fevereiro**

**1.º**

**Objecto**

Apresente portaria estabelece os valores e critérios de determinação das participações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência, com vista ao cálculo do respectivo subsídio de educação especial, previsto no âmbito das prestações familiares, que integra os regimes de segurança social e de protecção social da função pública.

**2.º**

**Determinação do valor**

**da participação das famílias**

1 - É aprovada a tabela para a determinação do valor da participação das famílias prevista no n.º 1 do artigo 9.º do

prestação através do apuramento do valor da participação familiar, designadamente:

a) Analisando criteriosamente os elementos de prova apresentados ou exigíveis para conhecimento actualizado das receitas do agregado familiar da criança ou do jovem com deficiência;

b) Exercendo, sempre que necessário, o poder conferido pelo n.º 4 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril, quanto à verificação pelos respectivos serviços da suficiência e exactidão dos elementos fornecidos.»

**Portaria n.º 135/2003, de 6 de Fevereiro**

**1.º**

**Objecto**

O presente diploma fixa os montantes das

Poupança Familiar Mensal (em euros)	Participação em percentagem da poupança familiar		
	Internato	Semi-internato	Externato
Até 29,81 .....	50	0	0
De 29,82 a 33,49 .....	55	30	15
De 33,50 a 37,26 .....	60	38	19
De 37,27 a 40,98 .....	65	46	23
De 40,99 a 44,65 .....	70	54	27
De 44,66 a 48,37 .....	75	64	32
De 48,38 a 52,09 .....	80	74	38
De 52,10 a 55,75 .....	90	87	44
Mais de 55,75 .....	100	100	50

Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

2 - Na modalidade de internato, a participação não pode ser inferior ao valor do subsídio familiar a crianças e jovens percebido por um só filho de idade superior a 12 meses, correspondente ao último escalão, deduzido dos montantes de eventuais majorações ou bonificações específicas que lhes acresçam.

3 - Na modalidade de semi-internato, a participação não pode ser inferior a metade do valor apurado nos termos fixados no número anterior.

**3.º**

**Determinação da poupança familiar**

É aprovada a tabela das despesas anuais fixas a considerar para o cálculo da poupança familiar e determinação da participação das famílias, de harmonia com o disposto no

prestações por encargos familiares dos regimes de segurança social e do regime de protecção social da função pública.

**2.º**

**Subsídio familiar a crianças e jovens**

Os montantes mensais, por descendente, do subsídio familiar a crianças e jovens no âmbito dos regimes contributivos de segurança social e do regime de protecção social da função pública são, consoante os casos, os seguintes:

1 - Em relação ao 1.º escalão de rendimentos:

a) Descendentes com idade igual ou inferior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 89,04;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que

Número de elementos do agregado familiar	Despesas anuais fixas, sem valor relativo à habitação (em euros)
2 .....	4 768,73
3 .....	6 602,87
4 .....	7 808,15
5 .....	8 961,04
6 .....	9 694,68
7 .....	10 166,32
8 .....	10 690,35
9 .....	11 057,18
10 .....	11 371,60

n.º 2 do artigo 9.º e no artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

**4.º**

**Actuação das instituições e serviços**

As instituições e serviços processadores do subsídio de educação especial devem proceder com rigor na determinação do quantitativo da

excedam tal número - 133,65;

b) Descendentes com idade superior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 26,76;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que

excedam tal número - 40,15;

2 - Em relação ao 2.º escalão de rendimentos:

a) Descendentes com idade igual ou inferior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 77,74;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que excedam tal número - 112,74;

b) Descendentes com idade superior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 20,86;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que excedam tal número - 30,58;

3 - Em relação ao 3.º escalão de rendimentos:

a) Descendentes com idade igual ou inferior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 66,49;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que excedam tal número - 89,39;

b) Descendentes com idade superior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 17,86;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que excedam tal número - 24,21;

4 - Em relação ao 4.º escalão de rendimentos:

a) Descendentes com idade igual ou inferior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 41,16;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que excedam tal número - 53,57;

b) Descendentes com idade superior a 12 meses:

i) Se o número de descendentes do beneficiário for igual ou inferior a dois - 15,72;

ii) Se o número de descendentes do beneficiário for superior a dois, para os que excedam tal número - 20,45.

**3.º**

**Bonificação, por deficiência, do subsídio familiar a crianças e jovens**

Aos montantes mensais do subsídio familiar a crianças e jovens referidos no número anterior acresce, se for caso disso, a bonificação por deficiência, nos seguintes valores:

a) Até aos 14 anos - 49,81;

b) Dos 14 aos 18 anos - 72,55;

c) Dos 18 aos 24 anos - 97,12.

**4.º**

**Subsídio mensal vitalício**

O montante mensal do subsídio mensal vitalício, no âmbito dos regimes contributivos de segurança social e do regime de protecção social da função pública, é de 143,80.

**5.º**

**Subsídio por assistência de terceira pessoa**

O montante do subsídio por assistência de terceira pessoa, no âmbito dos regimes contributivos de segurança social e do regime de protecção social da função pública, é de 71,90.

**6.º**

**Subsídio de funeral**

O montante do subsídio de funeral é de 183,62.

**7.º**

**Prestação do regime não contributivo**

1 - Os montantes mensais do subsídio familiar a crianças e jovens no âmbito do regime não contributivo correspondem aos estabelecidos relativamente aos 1.º e 2.º descendentes no âmbito dos regimes contributivos de segurança social.

2 - Os montantes mensais das demais prestações familiares que integram o âmbito material do regime não contributivo, bem como o da bonificação por deficiência do subsídio familiar a crianças e jovens, são iguais aos estabelecidos para os regimes contributivos de segurança social.»

**Defesa Nacional**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro**

Aprovou o conceito estratégico de defesa nacional que, nos termos da lei, «visa a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, em ordem a alcançar os objectivos da política de defesa nacional».

**Deduções à Colecta do IRS**

**Decreto-Lei n.º 17/2003, de 3 Fevereiro**

Procede ao aditamento do artigo 66.º ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Junho, e ainda ao aditamento de n.º 9 ao artigo 35.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro.

Refere o citado artigo 66.º que «1 - À colecta do IRS devido pelos sujeitos passivos deste imposto é dedutível uma percentagem de 25%, com o limite de 50, do IVA suportado nas seguintes despesas, realizadas por qualquer membro do agregado familiar enquanto consumidor final:

a) Serviços de alimentação e bebidas; b) Prestações de serviços de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de equipamentos domésticos e de imóveis destinados a habitação dos sujeitos passivos e do seu agregado ou arrendamento para habitação; c) Prestações de serviços de reparação de veículos, com excepção de embarcações e aeronaves, desde que efectuadas por prestadores de serviços abrangidos pelo regime simplificado de tributação do IRS ou IRC.

2 - O direito à dedução previsto no número anterior não é aplicável às despesas que sejam dedutíveis no âmbito das categorias B e F do Código do IRS.

3 - O disposto no n.º 1 não é aplicável às prestações de serviços adquiridas através da mobilização de saldos das contas poupança-habitação ou com recurso ao crédito, desde que, em qualquer dos casos, o sujeito passivo beneficie da dedução à colecta prevista no artigo 18.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ou no artigo 85.º do Código do IRS, respectivamente.

4 - As despesas a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 deverão ser comprovadas através de factura ou documento equivalente processado em forma legal.»

O n.º 9 do artigo 35.º tem a seguinte redacção: «Os sujeitos passivos, abrangidos pelo regime simplificado do IRS ou do IRC, que prestem serviços de reparação de veículos, com excepção de embarcações e aeronaves, devem mencionar na factura ou documento equivalente a referência expressa à aplicação do regime simplificado de tributação do IRS ou IRC, quando for caso disso.»

Estas alterações produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2003.

Reflectindo

# Os Deficientes Militares, a Democracia e o Direito à Indignação

Todos nós deficientes militares, temos profunda consciência que a instauração do Regime Democrático no nosso País, se deve também ao sacrifício de milhares de jovens, que nas décadas de sessenta e setenta foram obrigados a fazer uma guerra, ao arripio da história e dos princípios proclamados pelas Nações Unidas, no pós 2ª Guerra Mundial.

Sabemos que muitos dos cravos vermelhos das G3, que empunhadas por homens corajosos fizeram o 25 de Abril, não se transformaram em projecteis de morte, porque o Povo Português estava farto da Guerra Colonial, impondo nas ruas a "Revolução dos Cravos", impedindo que mais sangue dos seus filhos fosse vertido inutilmente.

Certos da parte que nos coube no derrube da "Velha e Decrépita Ditadura" foi com determinação que em 14 de Maio de 1974 criámos a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que num ápice agregou imediatamente os Deficientes Militares "escondidos" nos Hospitais Militares e aqueles que já junto das suas famílias experimentavam um futuro escuro e sem esperança.

Seria então lógico que os poderes militares e civis emanados do 25 de Abril, reconhecessem naturalmente os direitos adquiridos pela nossa situação de vítimas de Guerra Colonial e portanto, credores por parte da Nação, das reparações morais e materiais que criassem as condições, para uma reabilitação e inclusão social assente nos princípios da dignidade, solidariedade e de plena cidadania.

Cedo no entanto, verificámos que a

memória dos homens é curta e que a chancela de inválidos, que as Juntas Militares apunham nos nossos documentos, correspondia de facto à maneira de pensar dos "novos senhores Político/Militares".

De facto o aforismo popular de que "ninguém dá nada a ninguém" foi interiorizado pelos Deficientes das Forças Armadas que sem esforço concluíram que só o caminho da luta poderia acordar consciências e perturbar "o Bom Dormir" das entidades políticas e militares.

Felizmente o cidadão anónimo manifestou-se sempre a favor dos ex-combatentes militares que voltaram das Guerras Coloniais estropiados e psiquicamente afectados, exigindo para aqueles que fecharam o "Império" com sangue e lágrimas, um tratamento de profundo respeito e apoios médico/sociais que lhes permitissem retomar a vida tão abruptamente interrompida.

Assim, encetámos uma nova "Guerra", mas desta vez sem armas e apenas com a força da razão das "Vítimas Justas de uma Guerra Injusta". Tivemos que reformular as nossas vidas, estender as nossas mãos solidárias e em conjunto encontrarmos os caminhos da inclusão social, saboreando de novo a alegria de viver. Mas não foi fácil. Tivemos que bater a muitas portas, penetrar nos Órgãos de Comunicação Social, ocupar por vezes as ruas das nossas cidades e utilizar os argumentos que sempre acompanham os excluídos que gritam por justiça e direitos humanos.

A revolução saída do 25 de Abril, embora tardiamente, reconheceu em parte os nossos

direitos, nomeadamente com a publicação do DL 43/76 e o direito à Assistência Médica comparticipada para nós e familiares. Tínhamos como certo, que os direitos alcançados evoluíssem no sentido de abrangerem cada vez, mais um maior leque de deficientes militares, cimentando uma tranquilidade de vida que prevalecesse até ao fim dos nossos dias.

De novo verificámos, que nada se consegue sem empenhamento associativo e que as "Promessas" e as "Palmadinhas nas Costas", são apenas paliativos para adormecer as dores que ainda sangram em muitos de nós afectados pelo Stress de Guerra e agravamento das Deficiências pela 3ª Idade que já nos bate à porta.

Não podemos ser politicamente correctos. A indignação, enche de novo as nossas mentes e a ADFA deve constituir-se novamente, como o instrumento catalisador dos nossos sentimentos e anseios, devendo apresentá-los frontalmente ao Governo e dar-lhes eco na opinião pública.

- Indignamo-nos pela injustiça do 134/97 que respondeu a um lóbi político restrito, ignorando a esmagadora maioria dos DFA.

- Indignamo-nos porque muitos deficientes considerados em Serviço deveriam estar em Campanha porque também "atravessaram o mar" e combateram nas várias frentes da Guerra Colonial.

- Indignamo-nos porque o Lar Militar da C.V.P. construído, "espante-se", pelo Dr. Salazar para os Deficientes da Guerra e hoje está alienado para outros fins.

- Indignamo-nos pelo desinteresse a que

estamos a ser votados pelo Ministério da Defesa Nacional que desde Outubro de 2000 não reuniu o Conselho Consultivo para os Deficientes das Forças Armadas (CCDFA).

- Indignamo-nos porque o Estado Português embora obrigado por lei não está a tomar medidas para salvaguardar o agravamento das nossas deficiências e o nosso internamento em lares da 3ª Idade, quando necessário.

- Indignamo-nos porque muitos ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra continuam a destruir as suas famílias e a viver na marginalidade quando a Assembleia da República e o Governo já no ano de 2000 reconheceram os apoios devidos a estes ex-militares.

- Indignamo-nos porque a Guerra Colonial continua a ser escondida aos jovens, não fazendo parte dos manuais escolares o nosso passado histórico recente.

- Indignamo-nos porque o DL 123/97 obriga a criar acessibilidades para os Grandes Deficientes e até hoje tem sido vergonhosamente ignorado pelo poder central e pelas Autarquias.

- Indignamo-nos porque este ano de 2003 considerado "O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência" continua a ser ignorado da esmagadora maioria da população Portuguesa, que por não ser sensibilizada e informada continuará a olhar as pessoas com deficiência como inválidas e sujeitos passivos sem dignidade de cidadãos.

Como responder à nossa indignação? •

Manuel Lopes Dias



**Trevauto**  
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

**PUNTO**

1.2 S :: 1.2 ELX :: 1.2 16v ELX :: 1.2 16v ELX Speedgear :: 1.2 16v HLX :: SPORT :: SPORT Speedgear :: HGT :: 1.9 JTD ELX :: 1.9 JTD HLX



**PALIO WEEKEND**

75 Liberty :: 75 Liberty :: 75 Liberty



**MAREA WEEKEND**

80 16v SX :: 100 16v SX :: 100 16v SX 4x4 :: 105 16v SX :: 120 JTD HLX



**CONCESSIONÁRIO FIAT**

STAND - Contactos com Francisco Galhano  
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND  
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND  
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



**Trevauto**  
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

**LYBRA**

Os Motores :: Os Interiores :: Os Equipamentos :: Crédito, A.L.D. e Leasing :: As Cores :: Os Preços :: Linhas acessórios



**Y**

Os Motores :: Os Interiores :: Os Equipamentos :: Crédito, A.L.D. e Leasing :: Linhas acessórios :: Os Preços



**CONCESSIONÁRIO LANCIA**

STAND - Contactos com Francisco Galhano  
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

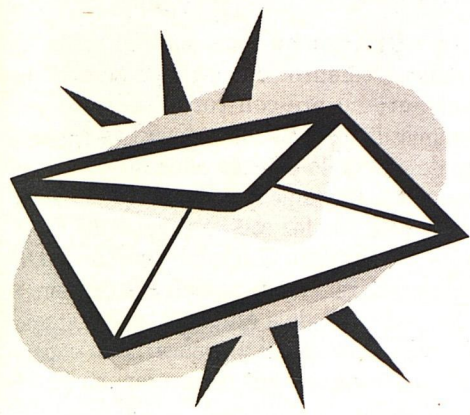
STAND  
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND  
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



## Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Ser deficiente, é ser igual a qualquer ser humano.

As suas potencialidades de desempenho, dependem das suas limitações, mas estas têm que ser aproveitadas na sua totalidade.

O desempenho da actividade que irá desempenhar, pode ser adaptada de forma tão eficaz, como um outro indivíduo, dito «normal».

Autonomia é a palavra que mais se ouve, tudo o que se faz tem por base essa meta.

O objectivo é criar condições a que cada um se torne autónomo.

Pergunta-se o que é ser autónomo para estas pessoas?

Saber ler, escrever, contar, ir ao café, comer um bolo e conferir o troco. Para que possam comer uma refeição à mesa. Numa palavra, a realização de cada um.

Nas coisas mais pequenas "dão-nos cada lição de vida, de carinho e de amor que não dá para falar". São amigos do seu amigo.

Para que tudo isto se torne numa realidade efectiva, a estabilidade emocional é fundamental.

Até ao início da segunda metade do século vinte, o conceito de deficiente partia sempre de uma análise das incapacidades para execução das tarefas, que lhes eram

exigidas pela sociedade.

Entretanto, devido a uma forte consciencialização do deficiente, estes conceitos foram sofrendo radicais transformações.

Primeiro a constatação de que todo o ser humano é limitado, incapaz de executar todas as tarefas exigidas pela sociedade, daí se reconhecer que toda a pessoa humana é em última análise deficiente.

Daí concluir-se, que no conceito de deficiente fosse abandonada a errada análise das incapacidades, dando-se relevância à análise das potencialidades.

O estímulo é que comanda a vida. Mesmo quando as probabilidades de aprendizagem são mínimas, não há casos perdidos. Um pequeno estímulo, na vida de um deficiente, é "uma festa". As pessoas aprendem a dar significado a pequenos nada. Não há lugar na sociedade para coitadinhos. Eles precisam do seu canto e da sua independência.

Ser deficiente é ser "incompleto; falho; imperfeito" o dicionário não engana. Vem de «fazer falta».

Aqui as imperfeições de uma tarefa são tornadas especializações numa outra ocupação.

Nestes casos a relação família é muito importante, para que o progresso seja profícuo.

Às vezes a família tem que ser trabalhada, para que possa contribuir, para uma completa reinserção na sociedade da pessoa com deficiência.

Se estamos a fazer um trabalho de ensinar a ir à casa de banho e depois não há casa de banho em casa, nos locais públicos, a situação torna-se complicada.

Nestes casos terá que existir uma inteira consonância com todas as instituições, como as câmaras municipais, e próprio poder nacional.

Uma bênção de João Paulo II "aos portadores de deficiência" "Apraz-me olhar

para vós com uma luz mais autêntica, como portadores de uma capacidade diferente "no jubileu das comunidades com deficientes, a 3 de Dezembro de 2000.

O ano 2003, é o "Ano Europeu das Pessoas com Deficiência".

Há que deitar abaixo preconceitos, mudar mentalidades, implicando consciencializar as pessoas de que os deficientes têm os mesmos direitos que qualquer outra pessoa, como define o artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

"Todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade e direitos".

"O Ano Europeu pretende fazer passar a mensagem de que as pessoas com deficiência são um assunto que diz respeito a toda a sociedade", lembra a Comissária do Emprego e dos Assuntos Sociais Europeus, Anna Diamantopoulou.

É o despontar de uma nova era, uma nova maneira da sociedade olhar para as pessoas com deficiência "Uma maneira mais igual".

O objectivo deste Ano Europeu é sensibilizar a sociedade para os direitos das pessoas com deficiência, estimular a participação destes cidadãos na sociedade, criar forças vivas nas políticas europeias e ampliar a cidadania de todos os europeus.

As pessoas com deficiência continuarão a trabalhar intensamente para que o conceito Reeducação/Reabilitação/Integração, seja uma atitude preconizada e aceite pelas sociedades modernas, visando a total integração das pessoas portadoras de deficiência em igualdade de oportunidades.

Existem as maiores expectativas para resultados concretos em 2003: acção a nível nacional, para evitar discriminações, novas iniciativas e mais fortes alianças.

Contudo há um facto a realçar - as Barreiras.

Na União Europeia e em Portugal, as pessoas com deficiência enfrentam pesados

obstáculos que impedem a sua plena cidadania, dificuldades essas não apenas para conseguirem encontrar e manter um emprego, mas também para conseguirem encontrar transportes acessíveis, aceder a edifícios públicos e outros locais, barreiras no acesso à educação ou à formação necessária para o exercício de uma actividade profissional, acesso às novas tecnologias, para um maior envolvimento no mercado de trabalho.

A imagem dos deficientes depende das atitudes tomadas pelos Organismos Sociais e de Estado, estas por vezes são o principal obstáculo à realização dos objectivos de participação e da igualdade.

Finalizando, e em conclusão, há que:

- Sensibilizar a sociedade em geral, as instituições, as famílias e exigir dos organismos de Estado que façam cumprir todas as directrizes emanadas, para que todo o cidadão com deficiência tenha a sua plena integração no campo profissional e social; numa última frase "criação efectiva das condições que visem a realização como pessoa deficiente e denunciar as atitudes características da concepção tradicional da pessoa deficiente: rejeição, conformismo, compaixão e protecção." •

J. Sousa

## Hora de fazer justiça

Sou assinante do nosso ELO o que muito aprecio sobre todo o seu conteúdo, pois quem não gosta de saber notícias de quem esteve no Ultramar, o tempo que lá estive foi na verdade de incertezas de voltar, cá voltei outros ficaram, outros inutilizados, enfim, "agora está na hora de fazer justiça". •

Manuel Ramos Nogueira

## Protocolo ADFA/CASIFONE

A ADFA negociou com a Optimus condições especiais e exclusivas para os seus Associados:

10€ desconto s/PVP

Oferta de 25€ em chamadas em adicional à oferta standard

10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer Boomerang, Livre, Zoom e Evolução, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

### PROMOÇÃO SIEMENS FEVEREIRO 2002



Siemens A36  
59,90€



Siemens M30  
129,90€



Siemens C11  
169,90€

Adquira qualquer destes modelos com a oferta extra de 1 Kit de viatura de isqueiro c/carregador e auricular

Oferta válida durante o mês de Fevereiro de 2002  
Os preços indicados incluem IVA e desconto ADFA

OPTIMUS  
Agência Oficial

Para mais informações contacte: Casifone - Rosa Jacinto Tel: 21 4358550/937910678 E-mail: casifone@mail.telep.ac.pt

### Cupão de encomenda

Sócio nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ Código postal: \_\_\_\_\_

### Equipamento pretendido

Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Tarifário: \_\_\_\_\_ Evolução (nº antigo): \_\_\_\_\_

Juntar fotocópia de: cartão de sócio e cartão de contribuinte

Enviar para: Casifone, Lda.  
Av. José Elias Garcia, 174  
2745-143 QUELUZ

### Batalhão de Caçadores 2844 Almoço/Convívio

5 de Abril de 2003

Restaurante Quinta do Moinho, Alvados, Porto de Mós

A concentração será pelas 10h00, junto ao referido restaurante, seguindo-se a missa pelas almas dos falecidos do nosso Batalhão, às 11h30, em Alvados. No fim da missa voltaremos para o restaurante.

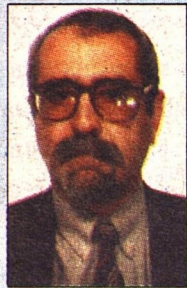
O preço do almoço é de 22,50 por pessoa de idade superior a 12 anos e a confirmação é até ao dia 25 de Março, no máximo, pelo telefone 244 882 530.

### Companhia de Polícia Militar 590

1963/65 Guiné

Convívio de Oficiais, Sargentos e Praças

Contactar para marcação  
Domingos Santos (Sol/726)  
Telefone: 212740744  
Telemóvel: 91 9122121



Nuno Santa Clara

## Guerra

*Nas últimas semanas esta foi decerto uma das palavras mais empregues. Admitida ou rejeitada, considerada desnecessária, desejável, evitável, inevitável ou mesmo necessária, a guerra esteve omnipresente nas declarações dos responsáveis políticos ou no comum dos mortais.*

*Portugal, neste seu cantinho da Europa, durante o século XX, viu-se envolvido em dois conflitos. Passou um pouco ao lado da I Guerra Mundial, com uma presença proporcionalmente reduzida na Flandres, e outra distante e esquecida em África. Travou uma guerra de baixa intensidade, como agora se diz, em três frentes entre 1961 e 1974, mas que mesmo assim marcou toda uma geração; mas já outra geração passou, e as memórias esfumam-se.*

*Pode talvez dizer-se que, no Portugal actual, o fenómeno guerra aparece como algo distante, trazido por vezes até nós por interposta pessoa. E que portanto seria de esperar um certo alheamento perante uma hipotética guerra, ainda que provável, num país distante, e quando não se vislumbram os mínimos indícios de preparação militar cá por estas bandas.*

*Mas não foi assim: curiosamente, várias dezenas de milhar de pessoas juntaram-se em Lisboa, manifestando-se contra a guerra. E isto ao arpejo das posições oficiais dos maiores partidos. E não se tratava de evitar a nossa entrada na guerra, mas evitar levar a guerra a outros.*

*A posição da ADFA já havia sido tomada em Novembro último, em consonância com a FMAC, e divulgada aos nossos associados através do ELO e ao país por um comunicado nos mesmos moldes, dirigido aos governantes e à comunicação social. Se não foi mais divulgada, foi por falta de "colunáveis" que lhe servissem de portavoiz.*

*Donde se deduz que não basta ter razão: é preciso encontrar os meios de a fazer ouvir, e encontrar quem a queira ouvir.*

*Fique-nos a consolação de que as memórias da guerra talvez não estejam de todo esquecidas, e de que o nosso testemunho em como uma guerra não acaba no acto de assinar do cessar fogo talvez não tenha sido completamente em vão.*



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa

Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



### Reunião

## ADFA recebida pelo grupo parlamentar do PS

RAFAEL VICENTE



No dia 19 de Fevereiro teve lugar nas instalações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República uma audiência em que pelo PS estiveram presentes os deputados Paulo Pedroso e Marques Júnior, e pela ADFA Patuleia Mendes, Artur Vilares e Santa Clara Gomes, respectivamente Presidente, 1º Vice-presidente e 1º Secretário da Direcção Nacional.

Durante a audiência a delegação da ADFA fez o ponto de situação das reivindicações legislativas da Associação, esclarecendo o andamento em que se encontram os vários projectos de diploma, respeitando, entre outros, à situação criada com o DL 134/97, à contagem de tempo de serviço dos DFA, para

a reforma e nos termos da lei nº 9/2001, à gratificação de serviço aéreo, ao problema dos DCFA (milícias) e ao estatuto do deficiente militar.

Foram igualmente abordadas questões relacionadas com o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, nomeadamente o papel da ADFA nas actividades previstas, e a sensibilizados os deputados para os problemas da deficiência, para as quais o Ano Europeu constitui uma boa oportunidade para a sua resolução.

Finda a audiência, aqueles deputados manifestaram a sua disponibilidade e interesse na resolução dos problemas apontados.

NSC

### Direcção Nacional

## Comunicado à Imprensa

A ADFA tomou uma posição sobre "o desenvolvimento de um ambiente de confronto ou pré-confronto militar", em comunicado distribuído no dia 28 de Novembro do ano findo às mais altas instâncias do Estado e à Comunicação Social, que "infelizmente dele não fez eco". No dia 14 de Fevereiro, a Direcção Nacional emitiu outro comunicado reiterando as ideias do primeiro e recomendou a toda a estrutura da Associação que "não deve exibir presença institucional nas manifestações" que decorreram no dia 15 de Fevereiro.

"A ADFA, pela sua génese e objectivos, é uma Associação claramente opositora ao recurso à guerra ou terrorismo, defendendo os ideais da tolerância, do diálogo e da compreensão entre os homens, ou seja, privilegiando o uso da diplomacia e da concórdia como modo de resolução dos confrontos no seio da Humanidade", referiu-se no comunicado. Os dirigentes acrescentaram ainda que "nós próprios, quase 30 anos depois, somos ainda as marcas visíveis da destruição que uma guerra, que a muitos parece longínqua, deixou nas comunidades portuguesa, angolana, guineense e moçambicana", sublinhando que "por isso, permitimo-nos retomar as ideias-chave do Comunicado distribuído em Novembro e que reflectia as posições tomadas sobre esta matéria pela Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), de que a ADFA é membro permanente, na sua reunião realizada em 12 e 13 daquele mês, em Washington D.C."

A FMAC havia exprimido "a sua profunda inquietação quanto aos acontecimentos recentes da cena internacional", deplorando em particular as iniciativas dos Estados que encaram acções unilaterais com recurso à força das armas face aos conflitos existentes. A Federação de que a ADFA também faz parte apelou ao "empenhamento na prossecução dos objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas respeitantes à manutenção da paz e da segurança internacionais, e sublinha o papel insubstituível e principal da ONU na resolução dos problemas mundiais pela solução pacífica dos conflitos" e insistiu na "necessidade de prosseguir activamente com todos os esforços diplomáticos com esse objectivo".

O comunicado foi também enviado ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República, ao primeiro-ministro, e ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros que, no dia 18 de Fevereiro, agradeceu o envio do comunicado.

RV



Tudo à grande

## RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m<sup>2</sup>.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.  
8h - 20h durante a semana  
9h - 19h aos fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.  
8h - 24h durante a semana  
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157

## RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA  
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91  
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA